

Universidade de Brasília
Departamento de Economia

DEMOCRACIA, MERCADO E
RACIONALIDADE: UM ESTUDO SOBRE O
ELEITOR NO BRASIL

José Jorge Gabriel Júnior

Brasília
Janeiro de 2009

José Jorge Gabriel Júnior

DEMOCRACIA, MERCADO E RACIONALIDADE: UM ESTUDO SOBRE O ELEITOR NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Departamento
de Economia da Universidade de Brasília –
UnB como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Pinheiro
Machado Mueller

Brasília
Janeiro de 2009

“Democracia, Mercado e Racionalidade: Um Estudo sobre o Eleitor no Brasil”

JOSÉ JORGE GABRIEL JÚNIOR

Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília – UnB como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Economia.

Avaliação **BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Bernardo Pinheiro Machado Mueller
Orientador

Prof. Dr. Paulo Cesar Coutinho
Membro Interno

Prof. Dr. Lucio Remuzat Rennó Junior
Membro Externo

Brasília - DF, janeiro de 2009.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre me guiar pelos caminhos certos e me prover com muito mais do que eu preciso.

Agradeço ao meu pai, à minha mãe e à minha irmã por sempre estarem ao meu lado, me apoiarem nas horas mais difíceis e serem o meu porto seguro, sem o qual eu não teria chegado aqui.

Agradeço ao CNPQ pela ajuda financeira que tornou possível a continuação dos meus estudos universitários.

Agradeço ao meu Orientador Bernardo Mueller por toda dedicação, paciência e bom humor com que me atendeu ao longo da elaboração deste trabalho. Tenho nele um modelo de profissional a ser emulado.

Agradeço aos professores Lucio Rennó, Maria Conceição e Paulo Coutinho pelas diversas críticas e sugestões construtivas apresentadas na defesa do projeto e na defesa da dissertação.

Agradeço ao amigo Paulo Augusto Rego pela ajuda com os dados da PNAD e à amiga Cibele Bittencourt pela ajuda com a revisão do texto dos manuscritos. Quaisquer erros que permaneçam são de minha inteira responsabilidade.

Em especial, agradeço ao grande amigo Luís Felipe B.O. pela ajuda não somente com a elaboração deste trabalho, mas com todo apoio e incentivo dado ao longo de todo o curso. São amigos como ele que dão sentido a frase de Epicuro: “A alma nobre se ocupa da sabedoria e dos amigos: destas, a primeira é um bem mortal, a outra imortal”.

*“A solução para todos os problemas da democracia é
mais democracia”*

Al Smith, 1928

“A democracia deve ser praticada apenas onde convém”

Max Weber, 1919

RESUMO

A literatura econômica enfatiza que a eficiência da democracia como sistema de governança está estritamente ligada ao comportamento do eleitor. Entretanto, nem a ciência política nem a ciência econômica chegaram a um consenso a respeito de quais informações são necessárias para que o eleitor tome decisões ótimas. Também não há consenso de qual é a capacidade dos eleitores em processar essas informações corretamente. O presente trabalho visa contribuir para essa literatura ao estudar se os eleitores cometem erros sistemáticos de avaliação dos políticos. Utiliza-se a metodologia sugerida por Wolfers (2002) para verificar se os eleitores filtram adequadamente choques exógenos ao controle dos governadores estaduais ao avaliarem esses políticos. Os resultados encontrados para as eleições estaduais brasileiras entre 1990 e 2006 são semelhantes aos que Wolfers encontra para os Estados Unidos. O eleitor perfaz uma filtragem simples, avaliando relativamente seus Estados em relação aos demais. Contudo, não é capaz de elaborar filtrações mais sofisticadas, incorrendo recorrentemente em erros de avaliação.

Palavras-chave: Democracia, Racionalidade, Voto Retrospectivo.

ABSTRACT

The economic literature emphasizes that the efficiency of democracy as a system of governance is closely linked to the behavior of voters. However, neither political science nor economic science reached a consensus about what information is necessary for the voter to make optimal decisions. Likewise, there is no consensus about the voters' ability to process information correctly. This work aims to contribute to this literature examining whether voters make systematic attribution errors. The methodology used is suggested by Wolfers (2002): it measures the extent to which voters irrationally reward state governors for socioeconomic fluctuations that are plausibly unrelated to gubernatorial actions. The results for the Brazilian state elections between 1990 and 2006 are similar to those found by Wolfers for the United States. Voters make rule-of-thumb performance filtering, evaluating their state's economic performance relative to the national economy. However, more sophisticated tests reveal that voters are consistently fooled.

Keywords: Democracy, Rationality, Retrospective voting.

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Democracia, Mercado e Racionalidade	3
1.1 O Eleitor Racionalmente Ignorante	7
1.2 O Eleitor Racionalmente Irracional	11
1.2.1 Erros Sistemáticos a respeito da Economia	13
1.2.2 O Modelo de Consumo de Irracionalidade	21
1.3 Estudos sobre o Eleitor no Brasil	24
2. Teste de Racionalidade	28
2.1 O Teste de Wolfers	29
2.2 Teste de Racionalidade do Eleitor: A filtragem do Desempenho Relativo	30
2.3 O Teste de Racionalidade do Eleitor por Variáveis Instrumentais	33
2.4 Instrumentos e Resultados	35
3. O Eleitor Brasileiro	41
3.1 Considerações sobre o Contexto Brasileiro	41
3.2 O Modelo e os Dados	44
3.3 Resultados	46
3.3.1 Relação entre as Variáveis Socioeconômicas e o Voto	46
3.3.2 Primeiro Teste: Filtragem do Desempenho Relativo	48
3.3.3 Segundo Teste: Variáveis Instrumentais	59
Conclusão	67
Bibliografia	71

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1.1 – Erros Sistemáticos <i>versus</i> Erros Aleatórios.....	13
Gráfico 1.2 – Viés Antimercado 1	15
Gráfico 1.3 – Viés Antimercado 2.....	16
Gráfico 1.4 – Viés Anti-estrangeiro	18
Gráfico 1.5 – Viés Gerador de Emprego	19
Gráfico 1.6 – Demanda por Irracionalidade	23
Gráfico 3.1 – Instrumentos	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 –	30
Tabela 2.2 –	32
Tabela 2.3 –	32
Tabela 2.4 –	36
Tabela 2.5 –	38
Tabela 3.1 –	43
Tabela 3.2 –	47
Tabela 3.3 –	49
Tabela 3.4 –	51
Tabela 3.5 –	54
Tabela 3.6 –	55
Tabela 3.7 –	56
Tabela 3.8 –	57
Tabela 3.9 –	58
Tabela 3.10 –	61
Tabela 3.11 –	63
Tabela 3.12 –	64
Tabela 3.13 –	65

Introdução

Ao longo da história do pensamento ocidental sempre coexistiram duas visões em relação à democracia. Por um lado, a citação de Al Smith, contida na epígrafe deste trabalho, resume bem aqueles que consideram a democracia um bastião contra o abuso do poder político: “a solução para todos os problemas da democracia é mais democracia”. De acordo com essa visão, delegar aos cidadãos o máximo de decisões políticas geraria o máximo de bem-estar social, prevenindo que a maioria fosse explorada por uma minoria. Por outro lado, a citação de Max Weber resume aqueles que possuem uma desconfiança com os resultados do sistema democrático: “a democracia deve ser praticada apenas onde convém”. Segundo essa visão, o mecanismo de voto e de representação, no qual a maioria supostamente escolhe qual decisão deve ser tomada, não gera necessariamente os melhores resultados para a coletividade e, por isso, deve-se restringir apenas aos assuntos que digam respeito e sejam do interesse de todos.

Subjacente a cada uma dessas visões está implícita uma hipótese a respeito dos cidadãos comuns. Aqueles que acreditam na eficiência da democracia pressupõem que o cidadão típico é apto para entender e decidir acerca dos assuntos aos quais a atividade governamental se dedica. Já aqueles que desconfiam dos resultados da democracia pressupõem que os cidadãos falham em suas decisões, seja porque não compreendem a matéria em questão, seja porque são enganados por uma minoria. O “governo do povo, pelo povo e para o povo” poderia gerar resultados ruins e até nefastos caso delegue-se aos cidadãos comuns a decisão sobre assuntos que estão além de suas capacidades. Dessa forma, esclarecer qual a capacidade e o padrão de comportamento do eleitor torna-se crucial para elaborar uma teoria a respeito da democracia.

Analogamente, estudar o comportamento do eleitor também é crucial para a economia. Como argumenta Downs (1957 [1999]):

“No mundo todo, os governos dominam a cena econômica. Seus gastos determinam se prevalece o pleno emprego; seus impostos influenciam incontáveis decisões; suas políticas controlam o comércio internacional; e suas regulamentações domésticas se estendem a quase todo ato econômico. Contudo, o papel do governo [partidos, eleitores, instituições] no mundo da teoria econômica não é de modo algum proporcional à sua predominância”.

Apesar da crescente literatura econômica a respeito da atividade governamental, são poucos os estudos que analisam empiricamente o comportamento do eleitor. Isso não impede, porém, que os economistas sigam elaborando análises de como o governo funciona, assumindo hipóteses fortes a respeito dos eleitores, em especial o grau de informações que eles possuem e sua capacidade em processá-las.

Praticamente todas as teorias econômicas modernas sobre política começam assumindo que o cidadão comum, ao menos na média, compreende os mecanismos da economia e vota de acordo com essa compreensão correta. Em outras palavras, o eleitor comum é racional no sentido moderno das expectativas racionais: ele não comete erros sistemáticos. Persson e Tabellini (2000), por exemplo, apresentam pesquisas recentes da economia política positiva, tais como modelos de competição eleitoral, modelos intertemporais de *accountability*, ciclos eleitorais e elaboração de agenda, em que todas utilizam como hipótese básica a racionalidade do eleitor. Como os autores advogam em favor desta hipótese, “É difícil [...] sustentar que os mesmos indivíduos que agem racionalmente e analisam prospectivamente como agentes econômicos tornam-se tolos quando votam” (p.429, tradução livre).

Não obstante os economistas se esquivarem a respeito da comprovação dessas hipóteses, os cientistas políticos têm estudado pesquisas de opinião pública há algumas décadas e verificado certos padrões de comportamento dos eleitores. Essa literatura, entretanto, continua desconhecida pela maior parte dos economistas, pois, como ocorre entre outras disciplinas, o diálogo entre a economia e a ciência política sempre foi pequeno, a despeito de ter se intensificado nos últimos anos. Esse diálogo, contudo, deu-se basicamente em uma única direção, com a ciência política importando algumas técnicas econômicas, como a aplicação do modelo de agente racional para analisar fenômenos políticos. (Lohmann, 2008)

Este trabalho tem como objetivo contribuir com evidências empíricas sobre a existência ou não de erros sistemáticos cometidos pelos eleitores. Para tanto, elabora-se um teste nos moldes do implementado por Wolfers (2002) para os Estados Unidos. Este teste, derivado do modelo principal-agente, verifica se os eleitores cometem erros sistemáticos de avaliação dos políticos quando votam retrospectivamente. O Brasil mostra-se particularmente interessante para esse estudo dadas suas características pouco exploradas na literatura, tais como ser uma democracia nova, ter uma população pouco escolarizada e um sistema federativo complexo.

De fato, a capacidade de processar informações por parte dos eleitores pode estar no cerne das queixas destes mesmos eleitores sobre o governo. Como explica Besley (2005), existem duas características que determinam os trabalhos realizados pelo governo: os homens que são eleitos para conduzir o governo e a estrutura institucional que restringe seus trabalhos. A seleção política, portanto, é fundamental para o resultado final da atividade governamental, sendo que a seleção de políticos incompetentes e corruptos pode dever-se à inaptidão dos próprios eleitores em avaliar os políticos por sua competência e honestidade.

Assim, espera-se contribuir para o debate em torno do comportamento do eleitor, debate este que, segundo Caplan (2007), é marcado por um duplo discurso. Por um lado, a posição dominante dos economistas acadêmicos em suas pesquisas é a de que o cidadão comum compreende corretamente o funcionamento da economia. Por outro lado, quando entram no papel de professores, curiosamente assumem que seus alunos possuem crenças viesadas e tentam instruí-los contra os erros que predominam nas discussões sobre economia. Como argumenta Donald McCloskey, “[os] economistas possuem duas atitudes a respeito de seus discursos: a oficial e a não oficial” (*Apud* Caplan, 2007, p.11).

O presente trabalho estrutura-se em três partes. O primeiro capítulo elabora uma revisão da literatura a respeito do comportamento do eleitor, tentando aproximar os campos da ciência política e da economia. Inicialmente contextualiza-se a importância do eleitor dentro do debate maior “Democracia *versus* Mercado”, para então se discutir o problema do eleitor racionalmente ignorante e suas conseqüências para a eficiência da democracia. Em seguida, apresenta-se a argumentação de Caplan (2007) sobre a irracionalidade do eleitor e seu modelo de irracionalidade racional. Por fim, revisa-se a literatura brasileira a respeito do comportamento eleitoral.

O segundo capítulo apresenta o teste de racionalidade elaborado por Wolfers (2002). Apresentam-se a metodologia utilizada, os resultados encontrados e discute-se a validade do teste. Já o terceiro capítulo apresenta a adaptação deste teste para o Brasil. São tecidas algumas considerações sobre o contexto brasileiro, o qual difere em diversos aspectos do contexto norte-americano para, em seguida, descrever o modelo e as adaptações realizadas no teste, juntamente com a descrição dos dados utilizados. Os resultados são apresentados na última seção deste capítulo. Por fim, têm-se as conclusões, resumindo o trabalho os seus achados, suas implicações e sugerindo estudos futuros.

Capítulo 1 – Democracia, Mercado e Racionalidade

Uma das grandes questões da economia política refere-se aos méritos relativos da democracia *versus* o mercado. Em teoria, a democracia é uma forma de governo cuja dinâmica previne políticas socialmente prejudiciais e o uso do poder em benefício pessoal por parte dos governantes. Se compararmos historicamente essa forma de governo às ditaduras, tenderemos a concordar com essa afirmativa. Entretanto, desde o trabalho pioneiro de Downs (1957 [1999]), a introdução do paradigma da escolha racional na análise da democracia e o tratamento dessa forma de governo como um “mercado político” têm chamado a atenção para suas eventuais falhas e resultados ineficientes. (Lohmann, 2008)

Downs elabora uma análise positiva da dinâmica da democracia utilizando a perspectiva e o instrumental próprios da microeconomia. Para que um mercado seja eficiente, a análise econômica enfatiza que devem coexistir basicamente três características: (i) os participantes devem ser racionais e informados; (ii) deve haver competição por parte dos mesmos; e (iii) os direitos de propriedade devem ser bem definidos e facilmente transferíveis (custos de transação baixos). Assim, a análise downsiana avalia a eficiência do processo político-eleitoral presente nos sistemas democráticos analogamente à avaliação dos mercados.

Como Caplan (2005a) argumenta, no debate “Democracia *versus* Mercado” há quatro posições logicamente defensáveis. A primeira é “Mercados funcionam, Democracia falha”, posição sustentada por Milton Friedman e a escola de Chicago na década de 1970. Em segundo tem-se “Mercado falha, Democracia funciona”, posição sustentada por sociais-democratas como John Kenneth Galbraith. Em terceiro “Mercado falha, Democracia falha”, proposta por teóricos totalitários como Lenin. E em quarto “Mercado funciona, Democracia Funciona”. Essa última posição é sustentada por Wittman (1989) e Wittman (1995 [1999]), o qual argumenta que todos os requisitos (i), (ii) e (iii) tratados acima são atendidos pelo mercado político democrático.

Esta última posição diferencia-se dos teóricos da escola clássica de *Public Choice* e de grande parte dos economistas no seguinte sentido: assim como estes teóricos enxergam que as falhas de mercado existem, mas não são significativas a ponto de

comprometer a eficiência do mercado como um todo, o mesmo se daria com a democracia. Segundo Wittman, “apesar de alguns autores terem feito considerações positivas a respeito do mercado político [democrático], essas considerações são pontuais em trabalhos consistentemente críticos” (1989, p.1395, tradução livre). A originalidade do seu estudo se encontra na hipótese de que o arcabouço institucional democrático como um todo seria autocorrigível e produziria resultados eficientes (um ótimo de Pareto): “quase todos os argumentos alegando que os mercados econômicos são eficientes aplicam-se igualmente bem aos mercados políticos democráticos, e, inversamente, os modelos econômicos do fracasso do mercado político não são válidos mais dos que os argumentos análogos para o fracasso do mercado econômico” (1995 [1999], p.12).

Por exemplo, críticas a respeito da persistência de políticas contrárias àquelas que seriam adotadas caso o eleitor fosse bem informado só podem ser concebidas dentro de um sistema político não-competitivo. Quando se analisa o mercado econômico, percebe-se a disciplina que a concorrência impõe às firmas. Wittman argumenta que essa mesma disciplina é imposta no sistema democrático. A competição entre políticos pelos votos exerce os mesmos efeitos benéficos para os eleitores que a competição entre as firmas exerce para os consumidores. Ao competirem, os políticos ganham grandes vantagens apontando desvios de conduta e políticas impopulares dos oponentes. Isso ocorre não somente entre partidos, mas dentro dos próprios partidos por meio da reputação.

A reputação é especialmente importante para os políticos dentro do desenho institucional da democracia. Ao cumprirem suas promessas de campanha e se mostrarem competentes e honestos, os políticos aumentam suas chances de reeleição. Ademais, assim como nos mercados a marca da firma pode ser parte do valor do seu capital, a reputação dos membros de um partido também pode ser “capitalizada”, revelando-se valiosa na hora de atrair votos. O problema do último período de mandato, por sua vez, não afeta a reputação dentro do sistema democrático porque é possível transferir para outros agentes a reputação adquirida, como, por exemplo, a transferência para herdeiros ou para o partido. Dessa forma, um partido político funciona analogamente como uma franquia no mercado econômico, sendo que existem grandes incentivos para o partido monitorar seus candidatos e puni-los em caso de desvios de conduta. Ademais, existem ganhos pessoais para o candidato, no sentido de que aqueles que se mostraram mais confiáveis no passado são provavelmente recompensados pelo partido ao serem, por exemplo, nomeados para comitês influentes.

Pode-se argumentar que a competição dentro do mercado político é insuficiente devido à formação de conluios por parte dos políticos e barreiras à entrada, tais como custos elevados de campanha. Entretanto, Wittman analisa que o capital de risco dos que esperam lucrar com uma política mais popular sustentará um novo entrante, e que “a habilidade de manter esse cartel com tantas pessoas, com tantos possíveis entrantes, não é factível para um estudante de organização industrial” (1995 [1999], p.45). Wittman ainda cita Morris Fiorina, que descreve como barreiras à entrada os recursos burocráticos disponíveis aos políticos já em exercício, e que com o passar do tempo aumentaram suas taxas de reeleição. Entretanto, essa lógica seria questionável, existindo evidências estatísticas contra essa hipótese. A razão do porquê a probabilidade do político que já foi eleito ser reeleito é maior do que a de um novato ser eleito pela primeira vez é a mesma do porquê um presidente de uma corporação tende a manter sua posição no dia seguinte: eles são os melhores e, portanto, têm maiores chances de manterem-se em seus cargos. (Wittman, 1995)

O desenho ótimo dos contratos também reduz o grau de desvio que as políticas podem assumir. Por exemplo, ao serem recompensados acima dos salários de mercado, os políticos possuem incentivos para se reelegerem, o que é corroborado pelo fato deles se engajarem em campanhas eleitorais muito caras. Além disso, a inexistência da aposentadoria compulsória reduz a severidade do problema de último período de mandato.

Já em relação aos custos de transação, o sistema de representatividade reduz enormemente os custos de negociação. O pequeno número de membros na Câmara e no Senado cria condições para que ocorram trocas de interesses que gerem ganhos para as partes sem que custos de ineficiência sejam repassados para terceiros, já que estes poderiam entrar nas negociações. Ademais, o desenho institucional do sistema de maioria reduz os custos de negociação ao evitar o chamado “monopólio da intransigência”: ao não exigir a unanimidade, nem uma supermaioria (por exemplo, dois terços dos votos) na elaboração de leis complementares, o sistema de maioria simples previne abusos de uma minoria que exigiria grandes ganhos para modificar o *status quo*. Além disso, o sistema partidário também reduz os custos de transação, com a existência de líderes dos partidos que podem forçar políticas de compromisso, e o sistema de comitês especializados, onde a participação dos mais interessados na política em questão evita a participação de interessados periféricos, além dos benefícios em termos de produtividade que se ganha com a especialização dos parlamentares.

Como analisado acima, o desenho de contratos ótimos, a monitoração da reputação e a competição reduzem, mas não eliminam a possibilidade de oportunismo. A análise do comportamento político por meio do modelo principal-agente, em que as autoridades eleitas são consideradas como agentes e os eleitores como principais, mostra o potencial de oportunismo que existe no sistema democrático. Porém, argumenta Wittman, se não houver alternativa melhor de controle, dados os altos custos de controle público ou privado de formas alternativas, provavelmente não é possível encontrar uma estrutura Pareto superior, e o problema do principal-agente não é mais grave na política do que na economia.

1.1 O Eleitor Racionalmente Ignorante

A análise de Wittman é bastante convincente no que diz respeito aos pontos (ii) e (iii). Dificilmente se pode argumentar contra a existência de competição nas campanhas eleitorais, e certamente o sistema democrático é uma forma bastante eficiente de realizar decisões de grupo que envolvam 190 milhões de pessoas, como é o caso do Brasil. Contudo, umas das críticas mais frequentemente levantadas contra a democracia é o problema resultante da insuficiência de informação que os eleitores possuem.

De acordo com Downs (1957), os eleitores, em geral, possuem duas motivações básicas para adquirir informação política: ajudá-los a decidir como votar e ajudá-los a formar opiniões com as quais possam influenciar a agenda de políticas governamentais. A partir dessas motivações, a aplicação do postulado de racionalidade ao comportamento do eleitor leva inevitavelmente à conclusão de que os eleitores não se informam a respeito dos candidatos e das políticas adotadas. Uma análise custo-benefício explica o porquê. Os custos de obter informação a respeito dos candidatos, de obter informação sobre as políticas públicas, assim como suas influências sobre o bem-estar geral são sempre positivos. Arcar com tais custos em todas as áreas de políticas públicas é inviável. Ao contrário, só há benefícios em investir em informação nas áreas de sua especialização, onde a intervenção compensa em termos de utilidade. Como são poucas as políticas que recaem diretamente sobre o eleitor e como é infinitesimal o papel que um voto individual tem sobre o resultado da eleição, o comportamento racional é ser desinformado quanto à maior parte das decisões políticas, exceto quando as informações são gratuitas e acidentais. Como explica Downs: “É irracional ser politicamente bem informado porque os baixos retornos das informações simplesmente não justificam o custo em tempo e outros recursos para adquiri-las” (1957 [1999], p.277).

Diversos trabalhos têm estudado o grau de informação dos eleitores. Por exemplo, Silva e Silva Costa (2006) analisam as eleições municipais de 1997 em Portugal com o objetivo de verificar o grau de informação econômica que os eleitores detêm. De acordo com os autores, os resultados encontrados parecem corresponder à hipótese de eleitores racionalmente ignorantes. A competência dos candidatos não possui muita influência na decisão do voto, enquanto características como a simpatia e o carisma mostram-se fatores determinantes. Ademais, os resultados também sugerem que a decisão do voto é tomada com menos informações nas localidades onde os custos em obtê-las são maiores. Os resultados são, portanto, condizentes com a análise custo-benefício proposta pelo modelo de ignorância seletiva.

Peltzman (1990), por sua vez, tem sérias dúvidas quanto à tese do eleitor racionalmente ignorante. Ao analisar as eleições para presidente, governador e senador nos Estados Unidos, entre 1950 e 1988, ele argumenta que o mercado político é um eficiente agregador de informação e que os eleitores utilizam eficientemente toda a informação disponível. Eles distinguem fatores como mudanças na renda permanente das mudanças transitórias, inflação esperada da não esperada, além de não descartar as informações prévias ao ano eleitoral.

Esses resultados são semelhantes aos encontrados por Duch e Randy (2005). Em seu estudo, os autores analisam quão bem a percepção do eleitorado sobre alguns agregados econômicos corresponde à realidade. Introduzindo inovações à literatura empírica existente como, por exemplo, a percepção sobre agregados econômicos específicos, ao invés de índices gerais de percepção da economia, além do uso de dados *cross-countries*, que analisam diversos países europeus simultaneamente, Duch e Randy concluem que: (i) no longo prazo (estimado em seis meses) as percepções do passado e do presente, assim como as expectativas futuras, correspondem bem ao desempenho passado, presente e futuro da economia real; (ii) no curto prazo as expectativas a respeito dos preços e do desemprego são geralmente incorretas; e (iii) percepções negativas sobre flutuações econômicas apresentam-se mais precisas do que percepções positivas. Apesar destes desvios, os autores argumentam que os eleitores compreendem bem a economia. Dessa forma, como seria possível, questiona Peltzman (1990), que os participantes desse mercado político sejam mal informados?

Outras evidências, entretanto, mostram que as decisões que os eleitores tomam são fracamente baseadas em informações. Blinder e Krueger (2004) tentam determinar quais são os fatores mais importantes na formação da opinião dos cidadãos. Por meio de

uma pesquisa realizada nos Estados Unidos com cerca de mil pessoas, os autores concluem que a ideologia do indivíduo é o fator mais importante, enquanto o interesse próprio é o menos importante. O conhecimento factual sobre a economia habita um ponto intermediário entre estes dois fatores. Os autores também analisam como as pessoas se informam sobre a economia, descobrindo que a fonte de informação mais utilizada é a televisão, seguida pelos jornais locais. Ademais, as opiniões são afetadas por conhecimentos específicos sobre a matéria em questão, ao invés de conhecimentos gerais. Este fato torna-se preocupante, já que, como Blinder e Krueger argumentam, a televisão mostra-se uma boa fonte em termos de quantidade, mas não de qualidade.

Estes resultados estão de acordo com os que Gilens (2001) encontra ao analisar quais são os tipos de informação que influenciam significativamente a opinião dos cidadãos. De acordo com este autor, informações específicas sobre uma determinada política são mais importantes para a formação de preferências do que conhecimentos gerais sobre política. Além disso, informações específicas possuem efeitos maiores sobre as preferências daqueles indivíduos que possuem maior conhecimento geral. Ao invés de diluir o efeito de novas informações, conhecimentos políticos gerais aparentemente facilitam a incorporação dessas informações nos julgamentos que os eleitores fazem. Para os eleitores mais ignorantes politicamente, contudo, informações específicas não apresentam grande impacto. Segundo Gilens, estudos anteriores, que negavam esse efeito das informações específicas, eram limitados pelo fato de não considerar que muitos indivíduos, os quais se mostravam bem informados em termos de conhecimentos políticos gerais, eram mal informados em termos de conhecimentos específicos, conhecimentos estes que poderiam alterar suas preferências.

Os efeitos dessa “ignorância racional”, por sua vez, são analisados por Bartels (1996). Por meio de uma simulação de um eleitorado “completamente informado”, o autor observa a relação entre informação e comportamento eleitoral. Ao comparar o padrão de voto entre esse eleitorado hipotético e o eleitorado real para seis eleições americanas, Bartels verifica que “a ignorância política tem consequências políticas sistemáticas e significantes” (p. 220, tradução livre), tanto para o nível individual quanto para o nível agregado. Por exemplo, há um claro viés a favor do partido Democrata, já que, caso o eleitorado fosse “completamente informado”, candidatos republicanos iriam, em média, ganhar 5% a mais de votos, enquanto os democratas iriam ganhar apenas 2%. A informação repercutiria, portanto, sobre as decisões de voto.

Sendo o eleitor, em geral, ignorante e existindo evidências de que a informação influi na decisão do voto, grande parte da literatura econômica procurou estudar quais são as conseqüências destes fatos para a eficiência da democracia. Por exemplo, em um influente artigo, Becker (1983) apresenta uma teoria da competição entre grupos de pressão assumindo que “as preferências [dos eleitores] podem ser manipuladas e criadas por meio de informações e desinformações fornecidas pelos grupos de interesse” (p.392, tradução livre). A partir desta hipótese, chega-se a conclusão de que os grupos de pressão influenciam os governos para obter impostos, subsídios, regulações e cotas a seu favor.

Outro exemplo de resultado amplamente estudado a partir da ignorância dos eleitores é a ocorrência de ciclos econômicos políticos. Uma vez que os eleitores interpretam um bom desempenho econômico como evidência de um governo competente, os políticos possuem incentivos para estimular “artificialmente” a economia por meio dos gastos públicos em períodos pré-eleitorais, de forma a enganar os eleitores e obter votos. Dada a falta de informação do eleitorado, os efeitos inflacionários dessa expansão podem ser corrigidos no mandato seguinte, sem conseqüências nas urnas. (Alesina *et al.*, 1997)

Wittman (1995) contra-argumenta a tese do eleitor racionalmente ignorante mostrando que tanto o custo de obter informações é sobrevalorizado, quanto o grau de informação detida pelos eleitores é subestimado. Por um lado, os argumentos de que os custos de obtenção de informação são muito elevados, implicitamente sugerem que todos os custos recaem basicamente sobre os eleitores. Entretanto, é benéfico ao candidato investir na informação do eleitorado a seu respeito. Como a exploração de um novo nicho de mercado é altamente lucrativa para um empresário, também o é para os empreendedores políticos explorar demandas políticas não atendidas, o que impõe a necessidade de se investir em informação para o eleitorado.

Outros aspectos que, de acordo com Wittman (1995), a literatura da ciência política aponta como redutores do custo de obtenção de informações são: os nomes dos partidos e suas reputações, assim como seu alinhamento ideológico servem como sinais de suas políticas e posições; a existência de diversos atores políticos que coletam informações gratuitamente para os eleitores, tais como jornais, grupos de interesse, além dos próprios políticos; e a competição no mercado político, que ajudaria a manter uma fidedignidade das informações que lhes é repassada. Já os benefícios advindos de se informar são recorrentemente subvalorizados. As políticas públicas têm efeitos econômicos e, portanto, é vital que se adquira conhecimento acerca delas para que se tome melhores decisões no consumo e no investimento, mesmo na ausência de eleições.

Por outro lado, a quantidade de informações requerida para que se escolha uma decisão ótima não é tão elevada como se supõe. Há o que na literatura da ciência política se conhece como “atalhos cognitivos”: “dicas” informais ou subliminares que permitiriam ao eleitor articular melhor seus conhecimentos políticos e avaliar seus candidatos. Por exemplo, não é necessário que o eleitor saiba qual a exata posição de um político num contínuo esquerda-direita. Para que a escolha seja correta, é necessário apenas que ele saiba onde se localizam relativamente os candidatos (mais a direita, mais a esquerda). Outro exemplo é o endosso de grupos de interesse acerca de cada candidato, o que é suficiente para que o eleitor encontre as organizações com preferências similares. Dessa forma, argumenta Wittman, a eficácia política não exige eleitores perfeitamente informados (o que seria insensato afirmar a existência), “[assim] como os mercados econômicos eficientes não exigem que os acionistas conheçam todos os trâmites internos das firmas onde possuem ações, nem exigem que os dirigentes monitorem seus agentes com perfeição” (1995, p.32).

De fato, a ignorância do eleitor é relativizada pelo chamado “milagre da agregação”. Como explicam Fehr e Tyran (2005), assumindo que os eleitores não cometem erros sistemáticos, isto é, esses erros são independentes e aleatórios, pela lei dos grandes números seus erros tenderão a se cancelar resultando em uma média zero. Assim, os eleitores ignorantes acabam por anular seus erros, e quem realmente acaba decidindo as eleições são eleitores bem informados. Essa concepção está de acordo com a moderna teoria das expectativas racionais e é assumida pela maioria dos modelos econômicos, os quais definem que o cidadão mediano compreende o funcionamento da economia e vota de acordo.

1.2 O Eleitor Racionalmente Irracional

O fato de o eleitor ser desinformado tem o efeito de desviar, por meio de grupos de interesse, as políticas governamentais das reais preferências da sociedade. A ignorância do eleitor em relação aos representantes permite que estes persigam agendas pessoais à parte dos interesses sociais ou se vendam aos doadores de campanha. Essa é a explicação clássica pela qual os economistas têm apontado a adoção e a manutenção de políticas socialmente prejudiciais, tais como o protecionismo econômico excessivo em quase todos os países, subsídios para setores pouco competitivos da economia, etc.

Contudo, Caplan (2007) sugere outra explicação para que essas políticas sobrevivam. Sua idéia central é que os eleitores não são apenas ignorantes, eles são, em

uma palavra, irracionais – e a adoção de políticas ineficientes se deve exatamente porque os candidatos atendem aos desejos do eleitorado. Na explicação downsiana, a ignorância é seletiva. Se um voto não muda o resultado final, não há incentivo para que o eleitor se informe. Caplan estende esse *insight*: se o voto não muda o resultado final, não há incentivo para que o eleitor vote racionalmente, ao invés de emocional ou ideologicamente.

Há o problema de como se distinguir ignorância de irracionalidade. De acordo com Caplan (2001b), os economistas em geral são hostis à associação de erros cometidos pelos eleitores com irracionalidade. A hipótese de que esses erros sejam devidos à falta de informação é sempre advogada em favor da racionalidade. Entretanto, a teoria econômica moderna possui uma definição simples e consensual do que é racional e do que não é: a teoria das expectativas racionais, que associa racionalidade à ausência de erros sistemáticos:

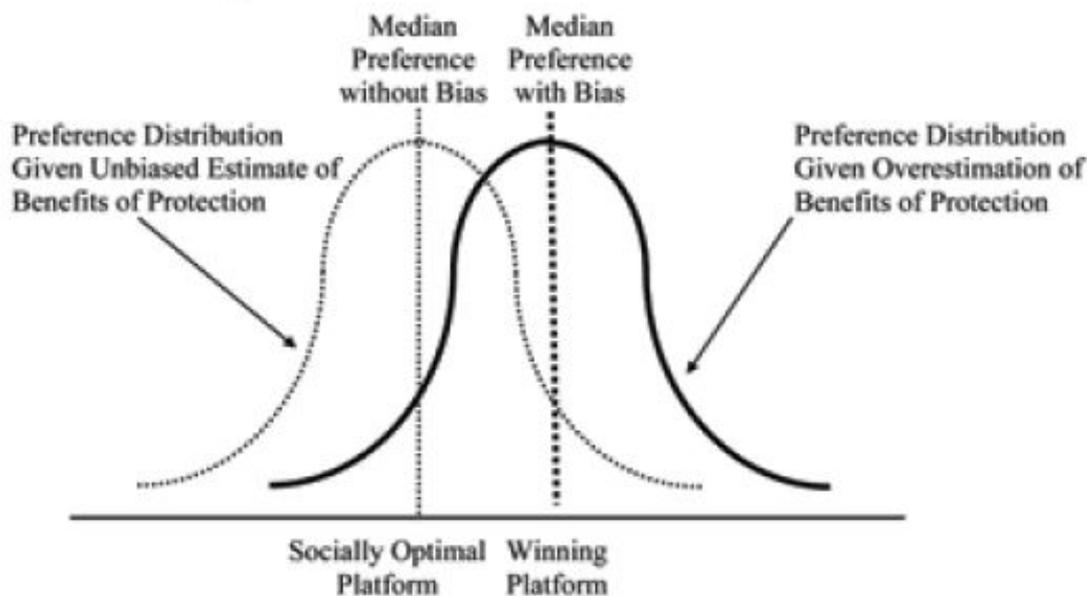
“A intuição é que a mera ignorância produz apenas erros aleatórios. Se você superestima o nível de tráfego em uma manhã e subestima-o na manhã seguinte, ninguém lhe qualificaria com a pecha de irracional. [...] Em contraste, se você subestima a severidade do tráfego todos os dias, ‘Como eu poderia saber?’ é uma desculpa fraca. Não havia muita informação para prever perfeitamente; mas é extremamente difícil explicar por que as previsões falharam consistentemente e do mesmo modo”. (2007, p.98, tradução livre)

O chamado “milagre da agregação” exige que os erros dos eleitores não sejam sistemáticos, caso contrário uma política socialmente prejudicial pode ser preferida em lugar de outra benéfica. Por exemplo, se a maioria dos eleitores baseia suas preferências de política econômica em modelos errados, os candidatos eleitos serão aqueles cuja plataforma política atenda a tais preferências e que levam a resultados ineficientes. Tomemos o caso do grau de protecionismo econômico preferido pela sociedade: se os erros dos eleitores a respeito dos efeitos do protecionismo são aleatórios, pessoas que preferem os efeitos do livre comércio votam a favor do protecionismo. Mas é igualmente provável que pessoas que preferem os efeitos do protecionismo votem a favor do livre comércio. Assim, o milagre da agregação funciona e o grau de protecionismo é socialmente ótimo.

Por sua vez, quando os erros são sistemáticos e, por exemplo, as pessoas subestimam os benefícios do comércio internacional, grande parte dos que votam pelo protecionismo preferiria os efeitos do livre comércio, mas não há a mesma contrapartida dos que prefeririam os efeitos do protecionismo e votam ao contrário. Dessa forma, o grau de protecionismo escolhido será superior ao que seria socialmente ótimo. O gráfico

1.1 abaixo exemplifica essa diferença entre a agregação dos votos quando os erros são aleatórios e quando os erros são sistemáticos.

Gráfico 1.1 – Erros Sistemáticos *versus* Erros Aleatórios



Fonte: Caplan (2007)

De fato, segundo Caplan (2007), existem evidências de que os erros da maioria da população sejam sistemáticos em questões de grande relevância sobre políticas econômicas, dentre as quais ele identifica quatro: um viés antimercado, um viés anti-estrangeiro, um viés de percepção de prosperidade e um viés de pessimismo. A próxima subseção trata mais detalhadamente de cada um deles.

1.2.1 Erros sistemáticos a respeito da economia

Viés Antimercado

Alston *et al.* (1992) verifica, em uma pesquisa conduzida para os Estados Unidos, que a maioria dos economistas concordava em diversos assuntos: controles sobre os lucros eram prejudiciais à economia; mecanismos de mercado, como cotas negociáveis, eram formas melhores de controlar a poluição ao invés de se impor tetos para poluir; o poder de monopólio não foi a causa do aumento do petróleo durante a crise do Kuwait, entre outros. Depreende-se, portanto, que apesar das inúmeras críticas que partem dos próprios economistas, os benefícios do mecanismo de mercado não são subestimados. Esses benefícios, entretanto, não são tão fáceis de serem percebidos.

Caplan denomina “viés antimercado” a tendência das pessoas em subestimarem os benefícios econômicos do mecanismo de mercado. O público, em geral, tem severas dúvidas a respeito da existência de algum benefício social que venha de empresários que buscam maximizar seus lucros. O foco na motivação, ao invés da disciplina imposta pela competição, leva as pessoas a ver como socialmente prejudicial tal comportamento. E, mais importante, o viés antimercado não é uma aberração específica, em um determinado momento da história ou de um determinado país; é um padrão enraizado no pensamento humano que tem frustrado economistas há vários séculos. (Caplan, 2007)

Há diversas formas de manifestação deste viés. Uma das mais comuns é igualar pagamentos com transferências. No jargão econômico, uma transferência é um “movimento” de renda entre duas pessoas sem nenhuma contrapartida por parte de quem a recebe. Por exemplo, uma doação é uma forma de transferência. Assim, o que importa é a empatia que se tem com o receptor. O público, em geral, tende a ver lucros como uma transferência, um presente aos empresários, ignorando as propriedades de incentivos: a busca pelo lucro incentiva a redução de custos, a alocação de recursos escassos para as atividades econômicas mais valoradas, a pesquisa de novos produtos, etc. Mas, a menos que se tenha empatia para com os empresários, a política correta parece ser a de limitar os lucros e taxá-los fortemente.

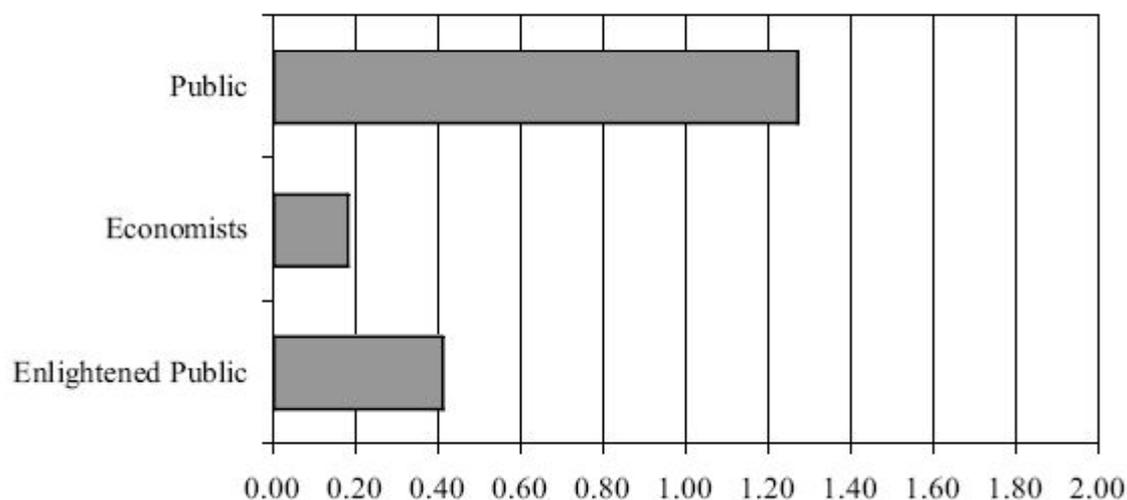
Caplan (2007) apresenta evidências deste tipo de erro por meio de uma pesquisa de opinião conduzida para os Estados Unidos em 1996, a qual compara as opiniões entre três categorias de pessoas: economistas com PhD, que representam os especialistas nas matérias tratadas pela pesquisa; o chamado “público iluminado”, constituído daqueles que possuem um conhecimento correto maior de fatos econômicos, mantidas as demais características constantes; e o público geral. As opiniões entre estas categorias são notavelmente divergentes, como pode-se observar no gráfico 1.2 abaixo. Nele, pergunta-se ao indivíduo se os lucros muito grandes das empresas constitui um dos motivos do porquê a economia não vai tão bem quanto poderia. Para os economistas e o público iluminado, lucros grandes não constituem nenhuma preocupação. Já para o público geral esse é um fato preocupante.

Outra forma que o viés antimercado toma é o preconceito popular contra os juros. A usura foi literalmente um pecado no pensamento cristão antigo, e permanece até os dias de hoje no imaginário popular a figura do credor rico e a do devedor pobre. Entretanto, assim como o lucro, o juro não é um presente; os juros são a compensação que o emprestador obtém por adiar seu consumo, e não haveria empréstimos se não houvesse

tal compensação. Mesmo tendo isso em vista, não faltam tentativas de restringi-los, como a fixação de um teto para os juros nominais na própria Constituição Federal brasileira em no máximo 12%.

Gráfico 1.2 – Viés Antimercado 1

“Business profits are too high.”



Fonte: Caplan (2007)

0= “not a reason at all” 1= “minor reason” 2= “major reason”

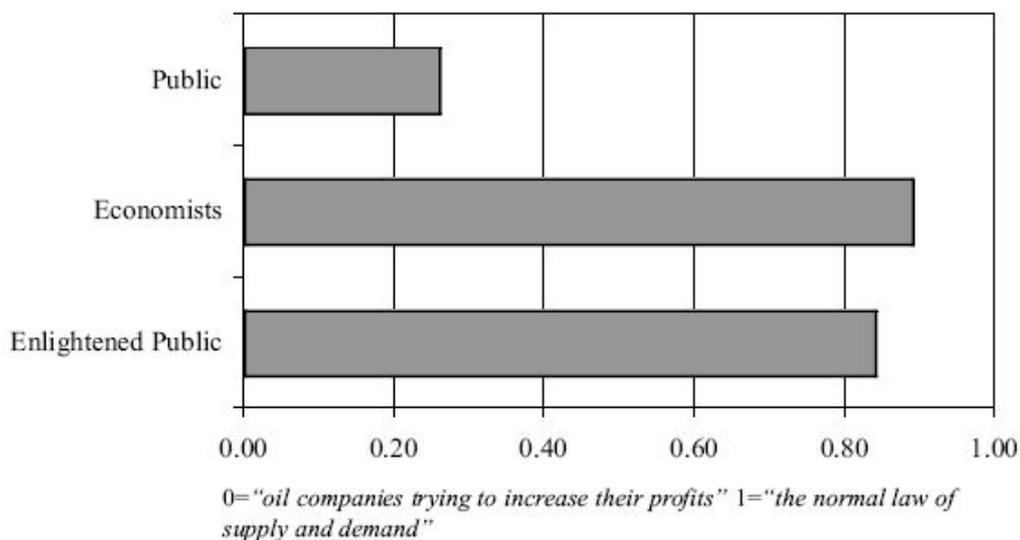
Uma terceira forma proeminente que esse viés pode tomar são as teorias de monopólio na fixação de preços. Economistas obviamente reconhecem que os monopólios existem e podem ser socialmente prejudiciais, cobrando preços muito acima de seus custos, restringindo a participação de outras firmas no mercado e adotando tecnologias ineficientes. Entretanto, esse tipo de empresa é a exceção e não a regra nas modernas economias capitalistas. Ademais, as pesquisas econômicas modernas mostram que algumas poucas firmas competindo bastam para que o preço de equilíbrio seja aproximadamente o preço de um mercado perfeitamente competitivo. Isso, porém, não impede que o público em geral ignore a idéia do mecanismo regulador da competição (de que tanto a demanda quanto a oferta controlam os preços) e atribua unicamente aos empresários a fixação destes. Por exemplo, na concepção popular, os salários são demarcados exclusivamente pelos empresários, os quais se valem de seu poder de monopólio para mantê-los baixos. O mesmo se daria com os preços dos bens e serviços em geral, demarcados ao gosto do dono da firma.

Como o gráfico 1.3 abaixo demonstra, há um claro viés de percepção em relação à fixação de preços. Enquanto os economistas e o público iluminado crêem que o preço da gasolina é decorrente da interação normal entre oferta e demanda, o público geral acredita

que o aumento deste preço é decorrente da vontade dos empresários. Dessa forma, é fácil entender o porquê de recorrentes propostas de políticas de regulação de preços e salários.

Gráfico 1.3 – Viés Antimercado 2

“Which do you think is more responsible for the recent increase in gasoline prices?”



Fonte: Caplan (2007)

Depreende-se, portanto, que a idéia advogada por Adam Smith da mão invisível é totalmente contra-intuitiva para a maior parte das pessoas. Como Lora e Oliveira (2004) demonstram ao analisar as eleições entre 1985 e 2002 para 17 países da América Latina, o eleitorado não se preocupa somente com o resultado econômico, mas com as políticas em si, mostrando-se muito adverso a políticas pró-mercado, especialmente quando os partidos não possuem uma ideologia condizente com esse tipo de orientação econômica.

Viés Anti-Estrangeiro

Caplan denomina “viés anti-estrangeiro” a tendência de se subestimar os benefícios econômicos advindos do comércio com outros países. A idéia comum é que o próprio fato de que outra nação queira realizar trocas com seu país é razão suficiente para receber as propostas de comércio com suspeita. Por esse raciocínio, um país somente comercializaria livremente seus produtos se obtivesse alguma vantagem em relação ao outro país. Portanto, restringir o comércio internacional seria a alternativa mais sensata.

Há um equívoco nesse pensamento que é recorrentemente explicitado pelos economistas. Trata-se de considerar o comércio internacional como um jogo de soma zero, em que a única maneira de um país ter uma balança comercial favorável é que outro tenha uma balança desfavorável. Entretanto, assim como o indivíduo ganha ao se

especializar e realizar trocas, um país também ganha em termos de produção total caso comercialize com outros países. E, como mostra a Lei das Vantagens Comparativas, esse ganho se dá mesmo que o país seja menos eficiente em tudo o que produza.

De fato, o comércio internacional pode ser visto como uma tecnologia que aumenta a produção de um país, como exemplifica Steven Landsburg:

“Há duas tecnologias para a produção de automóveis nos Estados Unidos. Uma é manufaturá-los em Detroit, a outra é plantá-los em Iowa. Todo mundo sabe a respeito da primeira tecnologia; deixe-me dizer a você sobre a segunda. Em primeiro lugar, você deve plantar algumas sementes, que são os insumos principais na construção dos automóveis. Então espere alguns meses até que o trigo apareça. Depois você colhe este trigo, embarca-o em navios e os manda em direção ao ocidente do Oceano Pacífico. Após alguns poucos meses os mesmos navios reaparecem cheios de Toyotas”. (*Apud* Caplan, 2007, p.38, tradução livre)

A raiz desse tipo de viés deve-se, segundo Caplan, a alguma desconfiança injustificada para com estrangeiros. Caso contrário, por que as pessoas somente focam em supostas desvantagens comerciais com outros países, enquanto essa mesma preocupação não aparece no comércio com outras regiões, outras cidades ou outras famílias? Não há nenhuma desconfiança quanto ao benefício advindo do comércio entre essas esferas sociais e geográficas, mas quando se trata do comércio entre países, todo cuidado é pouco.

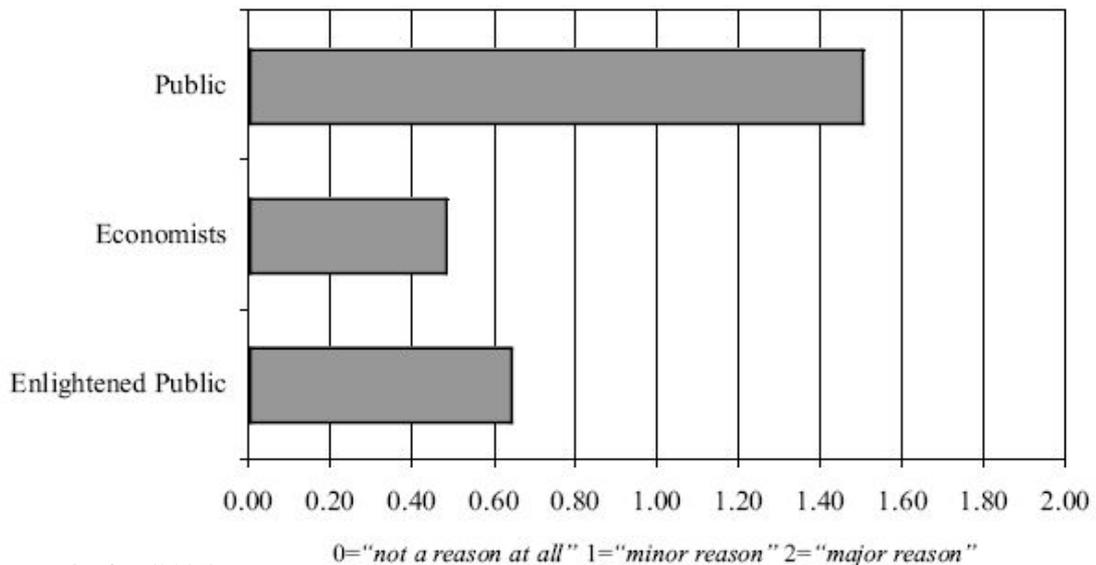
Um exemplo da manipulação desse tipo de viés em uma campanha política pode ser verificado nas eleições para presidente em 2006 no Brasil, quando o candidato Geraldo Alckmin do PSDB classificou a política externa do governo e o comércio com a China como “exterminadora de empregos”.¹ Ao afirmar, por exemplo, que a indústria têxtil foi invadida por produtos chineses, o candidato desconsiderou o saldo positivo de mais de 40 bilhões de dólares com esse país.

Retornando à questão do porquê a economia não vai tão bem quanto poderia, perguntou-se se o fato das empresas americanas estarem investindo em outros países constituía um problema severo. Como pode-se observar pelo gráfico 1.4, novamente as opiniões entre os especialistas e o público em geral difere consideravelmente.

¹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81686.shtml>, último acesso 28/12/2008

Gráfico 1.4 – Viés Anti-estrangeiro

“Companies are sending jobs overseas.”



Fonte: Caplan (2007)

Assim como no viés antimercado, o viés anti-estrangeiro não é endossado pelos economistas: segundo Alston *et al.* (1992), quase 93% dos economistas concordavam que tarifas e cotas de importação são prejudiciais ao bem-estar social. E mesmo um economista como o prêmio Nobel Paul Krugman, cuja pesquisa se baseou nas peculiaridades do mercado internacional, afirma que “o conflito entre nações que tantos intelectuais imaginam prevalecer é pura ilusão; mas é uma ilusão que pode destruir a realidade dos ganhos mútuos do comércio [internacional]” (*Apud* Caplan, 2007, p.39, tradução livre).

Viés gerador de emprego

O “viés gerador de emprego”, de acordo com Caplan, é a tendência em subestimar os benefícios econômicos advindos da conservação de trabalho. O público acredita que é melhor utilizar mais trabalhadores do que menos, e vêem negativamente as atividades e as tecnologias que conservam trabalho. Os economistas, ao contrário, enxergam nessas atividades a essência do crescimento econômico: a produção de mais com menos recursos.

Ninguém nega que quanto maior a produtividade de um trabalhador, melhor esse trabalhador é para a sociedade como um todo. Entretanto, as pessoas tendem a associar que uma sociedade prospera quando o desemprego diminui, não quando a produção aumenta. Isso porque, para o indivíduo, é preciso somente que ele *tenha* um trabalho para

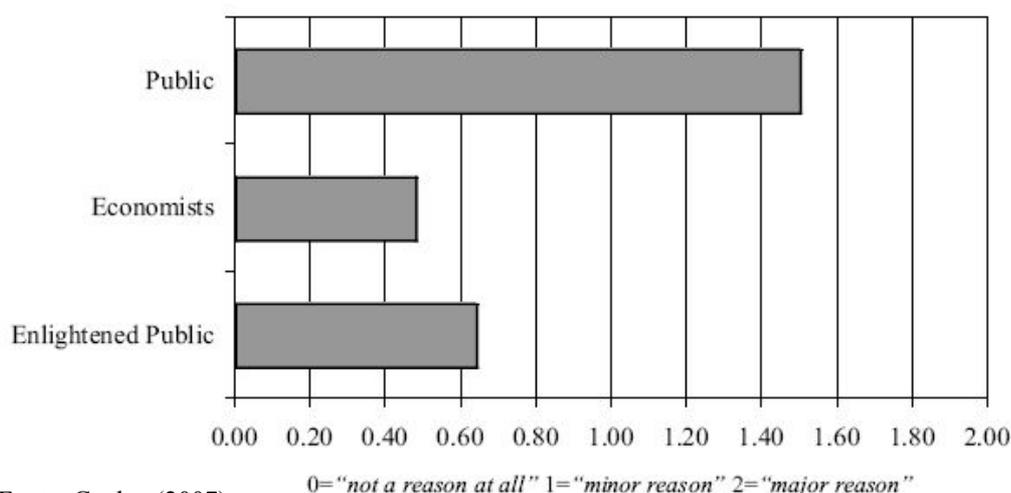
prosperar. Já a sociedade prospera somente quando o indivíduo *faz* um trabalho, ou seja, se ele cria bens e serviços que são valorizados por outras pessoas. Ademais, a tendência natural é associar progresso a esforço: quanto maior o esforço, maior o resultado. Assim, progresso estaria relacionado ao maior esforço. Já aos olhos dos economistas, progresso se equaciona numa relação inversa: quanto menor o esforço para um maior resultado, maior o progresso alcançado. (Caplan 2007)

Essa diferença se daria pelas diferentes percepções do que seria considerado progresso: como a produção e o consumo estão dissociados em uma economia capitalista, algumas pessoas se beneficiam com o aumento de produtividade e outras são temporariamente prejudicadas. Por exemplo, para a maioria das pessoas o advento do computador foi uma revolução na produtividade em seus trabalhos. Entretanto, para outras, que perderam seus empregos em um primeiro momento, esse progresso tecnológico foi temporariamente prejudicial. Temporariamente porque o indivíduo que perde seu emprego em decorrência de um aumento de produtividade terá incentivos para procurar outro emprego em outra atividade que o requeira. A economia capitalista se recria, alocando os trabalhadores onde eles são mais necessários. Entretanto, a percepção geral é a de que o progresso ocorre com o uso de mais trabalhadores.

Por exemplo, na pesquisa de opinião estudada, Caplan (2007) verifica que o público geral associa a redução de trabalhadores pelas firmas a um dos problemas mais graves que a economia enfrentava. Novamente, essa opinião é bem diversa da apresentada pelos economistas e o público iluminado.

Gráfico 1.5 – Viés Gerador de Emprego

“Companies are downsizing.”



Fonte: Caplan (2007)

Não é à toa, portanto, que toda política governamental é alardeada como criadora de empregos, e não como forma de aumentar a produção de bens de consumo. Estatísticas de criação de postos de trabalho têm retornos políticos muito maiores do que as de aumento da produção. E também não é à toa que tecnologias poupadoras de mão-de-obra são vistas com maus olhos pela sociedade.

Viés de pessimismo

É uma constante antropológica o fato de que pessoas mais velhas acham que, quando mais novas, a sociedade em que viviam era melhor em diversas questões sociais. Ao idealizarem as condições de um passado remoto, elas colocam as condições presentes numa perspectiva negativa. Como explica David Hume, economista e filósofo inglês do século XVII: “O temperamento de maldizer o presente e admirar o passado está fortemente enraizado na natureza humana, influenciando até pessoas dotadas de julgamentos lúcidos e extenso conhecimento” (*Apud* Caplan, 2007, p.46, tradução livre). De acordo com Caplan, essa crença também se estende à economia. Ele denomina “viés de pessimismo” a tendência em se superestimar a severidade dos problemas econômicos e subestimar o desempenho econômico do presente. O público, em geral, tende a crer que as condições econômicas não são tão boas como elas realmente são, ou crêem que uma crise representa um colapso da economia.

Assim, de acordo com Caplan, em diversas ocasiões os economistas necessitam relembrar os ganhos que a humanidade tem conseguido nos últimos anos (ganhos estes que são considerados como inatos pela maior parte das pessoas), de forma a colocar em perspectiva os problemas pelos quais passa a economia. Um recente artigo do economista Delfim Neto exemplifica muito bem esse fato:

“Há pelo menos dois fatos empiricamente verificáveis que não podem (ou não deveriam) ser esquecidos neste momento de crise: 1º) as vantagens insuperáveis [do capitalismo]. [...] Permitindo aos homens apropriarem-se dos benefícios de sua liberdade de iniciativa e criatividade na ciência e na tecnologia, ele, nos últimos 250 anos (depois de dez séculos de estagnação), permitiu que a população mundial se multiplicasse por seis, acompanhada de um enorme aumento de seu bem-estar material, cujo indicador definitivo foi a duplicação de sua expectativa ao nascer (de 30 para 60 anos) e 2º) que nestes 250 anos todas as organizações alternativas inventadas por cérebros peregrinos revelaram-se tragicamente ineficientes do ponto de vista econômico e supressoras da liberdade individual sem a qual o homem não realiza o seu potencial. [...] Nos últimos 250 anos, o crescimento do PIB per capita se fez em torno de uma tendência exponencial com 46 ciclos irregulares, o último dos quais estamos vivendo. É por isso que, muito mais do que tentar ‘refundar o capitalismo’ em

resposta à crise, é melhor continuar a aperfeiçoá-lo para que a próxima crise tenha menos virulência que a atual...”. (Folha de São Paulo, 5 de novembro de 2008, p.A2)

Apesar de reconhecer que o papel desse viés é menor do que o dos outros, Caplan (2007) argumenta que entre economistas e o público geral há uma diferença significativa de perspectiva da economia. Enquanto os debates entre os primeiros giram em torno do quanto a economia crescerá, os segundos giram em torno de assuntos como estagnação *versus* declínio.

1.2.2 O Modelo de consumo de Irracionalidade

Se as evidências de erros sistemáticos estão corretas, como é possível então conciliar um consumidor racional e um eleitor irracional? De acordo com Caplan (2001b, 2001c e 2007), por meio da introdução do conceito de preferências de crenças. Downs (1957) notou que alguns eleitores votavam com propósitos diversos, não somente tendo em vista escolher o candidato que melhor representasse suas preferências. O próprio ato de votar, por exemplo, poderia servir ao eleitor como uma forma de expressar suas preferências políticas. Um comportamento desse tipo seria necessariamente irracional apenas em um modelo que explorasse estritamente a relação entre as preferências do eleitor e os resultados eleitorais gerados pela sua participação.

Dentro da análise econômica, o eleitor possui unicamente uma motivação instrumental, ou seja, são motivados pelo “fazer”, pelas conseqüências que suas ações terão no resultado da eleição. Schuessler (2000), entretanto, elabora uma teoria do voto expressivo com uma diferença fundamental: o foco da motivação do eleitor passa do “fazer”, da motivação puramente instrumental, para o “ser”, para uma motivação onde a participação eleitoral é uma forma de expressar suas preferências políticas e, ao fazê-lo, moldar e/ou reafirmar sua própria identidade política. Uma ação motivada pelo desejo de expressão é, antes de tudo, uma forma de identificação e de vinculação. É uma forma de identificação porque é expressando sua preferência por um candidato de esquerda que o indivíduo se torna de esquerda. É uma forma de vinculação porque é votando em um candidato de esquerda que o indivíduo se vincula a uma comunidade de esquerda. Como argumenta Schuessler:

“Um indivíduo motivado instrumentalmente desempenha uma ação X somente para criar um resultado Y, e o valor da ação X é determinado pela sua capacidade (esperada) de efetivamente obter o resultado Y. [...] Em contraste, um indivíduo motivado expressivamente desempenha uma ação X não para gerar um resultado Y, mas para ser um *X-performer*. [...] O valor de X depende do valor do que significa ser um *X-performer* para ele”. (2000, pág. 91, tradução livre)

Pode-se dizer, portanto, que os retornos do voto são antes “existenciais” do que instrumentais. E também que os retornos são antes privados do que públicos, ao contrário do voto econômico instrumental.

A argumentação de Schuessler resolve o chamado paradoxo da participação do modelo downsiano: dada a probabilidade muito pequena de que seu voto influencie o resultado da eleição, o comportamento racional do eleitor seria não participar da eleição, já que esta participação envolve custos. Contudo, eles participam.

Caplan (2001b, 2001c e 2007) utiliza a idéia de Schuessler, de um modelo de escolha de voto desligado de considerações puramente instrumentais, para introduzir o conceito de preferências de crenças e explicar o apoio popular a políticas contraproducentes. O exemplo mais contundente desse tipo de preferência está na religião. A visão de mundo desta crença proporciona uma utilidade positiva aos seus seguidores, independente do grau de informação que se possui a respeito desta crença e o grau de sua coerência lógica. O mesmo se daria em outras esferas: assim como a fé religiosa tem um valor muito grande para os crentes, as crenças políticas e econômicas também teriam valor para os eleitores. Como argumenta Caplan:

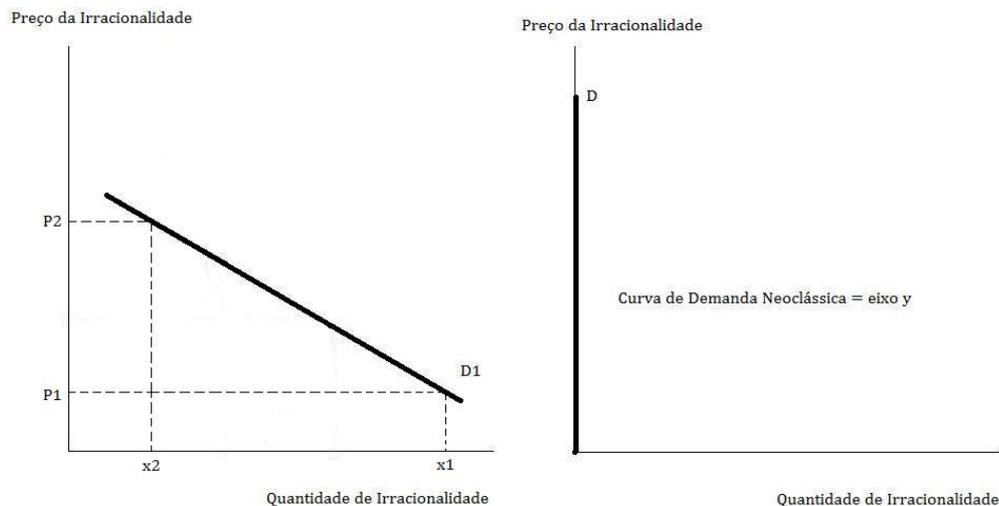
“A ideologia política/econômica é a religião da modernidade. Como os que aderem à religião tradicional, muitas pessoas encontram conforto em suas crenças políticas e afastam com grande hostilidade qualquer questionamento de suas visões. [...] Para muitas pessoas, por exemplo, praguejar contra o comércio internacional é uma fonte de conforto e orgulho. Elas podem não proclamar sua visão protecionista todos os dias, e podem inclusive reconhecer o efeito benéfico do comércio em algumas circunstâncias especiais. Mas eles resistem – e se ofendem – com aqueles que tentam mudar suas opiniões explicando [a Lei das] vantagens comparativas. Cientistas naturais sabem há muito tempo que a maioria das pessoas desacredita em suas descobertas porque contradizem a religião. Cientistas sociais precisam aprender que a maioria desacredita em algumas de suas descobertas porque estas contradizem uma quase-religião.” (2007, p.16, tradução livre)

Tecnicamente, então, introduz-se na função utilidade dos eleitores downsianos uma segunda variável: além da utilidade esperada da renda pessoal advinda de seu voto, inclui-se a utilidade de sua crença política (ou visão de mundo político-econômica). Assim, pode-se pensar na irracionalidade como um bem econômico, cujo nível ótimo de consumo depende de duas forças: preferências e preços. As preferências, como já visto, são preferências sobre crenças político-sociais que podem ser condizentes ou não com a realidade. As pessoas obtêm utilidade dessas crenças. Já o preço da irracionalidade é o custo material de manter um comportamento sistematicamente errado.

De posse das preferências e dos preços das crenças, podemos estabelecer um modelo de “consumo” de irracionalidade, o qual Caplan denomina de **modelo de**

irracionalidade racional, numa alusiva analogia ao modelo de ignorância racional. Dado que os agentes se preocupam com sua riqueza material e com suas crenças, quanto menor o custo material de ser irracional mais se “consumirá” irracionalidade. Ou seja, esta relação implica em uma “demanda por irracionalidade”, exemplificada no gráfico 1.6 abaixo. O gráfico à direita mostra a hipótese do agente totalmente racional adotada pelos economistas no modelo de expectativas racionais, em que o agente não deseja ser irracional a nenhum preço.

Gráfico 1.6 – Demanda por Irracionalidade



Fonte: Caplan (2007)

Na realidade, não se pressupõe que as pessoas consumam irracionalidade, ou seja, que elas comecem com uma percepção clara da verdade e jogam-na fora para consumir irracionalidade. Ao contrário, pressupõe-se que o indivíduo apegado emocionalmente a uma determinada crença não possui incentivos para examiná-la até que apareçam custos materiais em sustentar tal crença. É a partir desses custos que ele toma uma decisão ótima.

Porém, é preciso diferenciar o custo material na vida privada e na vida pública. Se um consumidor é irracional em relação às decisões que toma, e erra sistematicamente em suas previsões, isso possivelmente o levará à falência. O custo de seus erros é privado, ou seja, somente ele sofre as conseqüências. Já quando esse mesmo consumidor é a favor de uma política ineficiente, e vota a favor dela, toda a população arca com os custos, diminuindo o custo individual do seu erro de avaliação. Em outras palavras, os custos são socializados. Assim, a chave para entender as diferenças entre a racionalidade do consumidor e a racionalidade do eleitor é ter em mente que a opinião pública de um

eleitor é um bem público, enquanto a opinião de um consumidor é um bem privado. (Caplan 2001c)

A irracionalidade política é como a poluição do ar. Em ambos os casos, os benefícios privados de se auto-restringir são quase zero. Se o indivíduo se torna um eleitor racional, as políticas que são adotadas basicamente não mudam, da mesma forma que o ar que respira não melhora caso deixe de dirigir. Mas, em ambos os casos, o resultado final é ineficiente para a sociedade.

Se os argumentos de Caplan estão corretos, os mecanismos supostamente eficientes de controle político, tais como a competição e o monitoramento dos candidatos, corroboram com a ineficiência da democracia. Isso porque, devido a esses mecanismos, a atitude predominante seria a demagogia, ou seja, o uso de preconceitos e reivindicações populares erradas para a obtenção de votos. Com pouco espaço para manobras políticas impopulares, mas mais eficientes, os candidatos possuem poucos incentivos para se desviarem das demandas da população.

1.3 Estudos sobre o eleitor no Brasil

A literatura brasileira sobre o comportamento eleitoral tem se baseado mais em análises descritivas, no âmbito de eleições individuais, do que em análises quantitativas, que agreguem diversos pleitos (Castro, 1997). Contudo, dada a natureza do presente trabalho, optou-se por revisar esta literatura quantitativa.

O contexto brasileiro é muito diverso do contexto norte-americano, o qual a maior parte dos estudos analisados baseia-se. Por exemplo, a democracia brasileira possui um histórico de diversos interregnos marcados por ditaduras, ao contrário da democracia nos Estados Unidos, a qual existe há mais de 200 anos ininterruptos. Entretanto, de acordo com Rennó e Spanakos (2006), o recente período de redemocratização é extremamente favorável a análise da relação entre variáveis econômico-financeiras e o voto. Por um lado, as eleições presidenciais de 1994, 1998 e 2002 foram marcadas por disputas entre candidatos a favor de políticas pró-mercado (abertura comercial, privatizações, ajustes fiscais) e candidatos com discursos desfavoráveis a tais políticas. Por outro lado, a mídia tem dado destaque crescente aos indicadores financeiros nacionais e internacionais: temas como o risco-país e a taxa de câmbio passaram a ser tratados diariamente pelos meios de comunicação. Ademais, o Brasil passou por profundas transformações econômicas, debelando uma hiperinflação, mas não conseguindo retomar o crescimento sustentado da

economia. Esse contexto, portanto, mostra-se desafiador ao voto retrospectivo, já que ele é padrão normal de decisão eleitoral em regimes democráticos estáveis.

Rennó e Spanakos (2006) analisam a relação causal existente entre indicadores financeiros e as intenções de voto, além da relação destas últimas com variáveis econômicas tradicionais. Por meio de um banco de dados de intenções de voto para os dois principais candidatos a presidente, entre 1994 e 2002, os autores concluem que o padrão de voto retrospectivo predominou nestas eleições. O candidato da oposição se beneficia com um desempenho econômico fraco, ou seja, as intenções de voto nele aumentam, enquanto os candidatos do governo se beneficiam com bons resultados da economia. Já a relação entre indicadores financeiros e intenções de voto apresenta uma mão dupla. Intenções no então presidente Fernando Henrique influenciam diversos indicadores econômicos, afetando diretamente a economia. Já intenções no candidato da oposição alteram somente os indicadores financeiros, não afetando variáveis reais, como desemprego e inflação. Ou seja, bons resultados da economia influenciam os votos, assim como as intenções de voto influenciam a economia.

Tendo em vista, portanto, que o eleitor brasileiro também vota retrospectivamente, é preciso verificar até que ponto eles são informados. Contudo, outra distinção do contexto brasileiro é a alta desigualdade socioeconômica que caracteriza todo o país. De acordo com Rennó (2007), as diversas desigualdades existentes tendem a se acumular e se reforçar, o que, por sua vez, pode afetar a distribuição de informações políticas na sociedade. Por exemplo, desigualdades econômicas podem comprometer a distribuição de informações e de voz políticas, sendo que esta distribuição desigual pode reforçar a desigualdade econômica, criando um círculo vicioso.

Utilizando uma pesquisa realizada em 2002 para duas cidades de médio porte, Juiz de Fora, em Minas Gerais, e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, em três períodos distintos no ano (antes e durante a campanha eleitoral), Rennó (2007) avalia a existência de vieses na participação política e na distribuição de informação. Os resultados mostram que o comportamento dos eleitores mais informados difere em relação aos menos informados no que tange a participação política e ao tipo de voto. Os resultados também mostram vieses na distribuição de informações políticas. Existe um hiato de gênero que favorece os homens: estes possuem um nível de informação mais alto do que o das mulheres em ambas as cidades no início e ao longo da campanha. Já o hiato de raça só é significativo na cidade de Juiz de Fora, o que indica que os negros possuem mais dificuldades de obter informações políticas em um ambiente mais complexo. Por sua vez,

o hiato entre ricos e pobres existente em Caxias do Sul, mas não em Juiz de Fora, indica que esse hiato ocorre mais em ambientes onde as divisões de classe são mais profundas. Assim, a principal conclusão do estudo é que as desigualdades socioeconômicas no Brasil se traduzem em desigualdades de informação política. Homens, brancos e ricos são os que mais possuem informação política.

Apesar desses vieses na distribuição de informação, os eleitores brasileiros fazem um bom uso delas quando facilmente disponíveis. Ferraz e Finan (2008) demonstram esse fato ao apresentarem evidências de que um aumento da informação disponível aumenta a *accountability* por parte dos eleitores. Utilizando os dados de um programa de anticorrupção iniciado em 2003 no Brasil, os autores derivam um modelo de experimento natural que os permite investigar quais são os efeitos informativos de auditorias fiscais em dois aspectos: os efeitos do tipo de informação revelada pela fiscalização e os efeitos da presença de mídia local na divulgação das auditorias.

Nesse programa anticorrupção, a Controladoria Geral da União selecionava governos municipais aleatoriamente para serem auditados em seus usos de verbas transferidas pelo governo federal, sendo que os resultados encontrados pelos auditores eram tornados públicos para a mídia em geral. Ao comparar os resultados das eleições nos municípios que foram auditados antes das eleições (o chamado grupo de tratamento) com os que foram auditados depois (o chamado grupo de controle), Ferraz e Finan mostram que ser auditado antes das eleições municipais e possuir evidências de corrupção têm um efeito muito grande nas chances de reeleição. Entre os prefeitos com nenhuma irregularidade de corrupção, 53% se reelegeram. Esse número caiu 20% nos municípios onde foram encontradas três dessas irregularidades. Um ponto interessante a ser notado é que quando não foi reportada nenhuma irregularidade de corrupção, o candidato à reeleição se beneficiou com a auditoria, aumentando sua chance de reeleição. Isso mostra que os eleitores, nas palavras dos autores, cometem erros sistemáticos de avaliação dos políticos, pois superestimam sistematicamente o nível de corrupção dos candidatos, recompensando-os quando se apresentam honestos.

Assim, dadas as evidências para o Brasil de que a informação exerce influência sobre a decisão do voto, e sendo o país marcado por desigualdades informacionais significativas entre a população, torna-se necessário verificar se as ineficiências apontadas pela teoria econômica realmente ocorrem. Por exemplo, Avarte *et al.* (2007) estuda os *Political Business Cycles* no Brasil para o período de redemocratização. Segundo os autores, o Brasil é um ótimo país para se estudar os efeitos da política fiscal

sobre as chances de reeleição dos governadores. Déficits freqüentes e excessivos em grande parte dos estados constituíram o padrão na década de 1980 até meados dos anos 90. O ambiente de alta inflação contribuía para que os governos estaduais permanecessem em constante déficit em suas contas, “balanceando” seus orçamentos por meio de indexações de impostos e atrasos com suas despesas. Contudo, a introdução da “Lei de Responsabilidade Fiscal” em 2000 restringiu a discricionariedade de todas as esferas de poder na condução de seus orçamentos, o que pode ter impactado nos ciclos políticos.

A análise dos dados mostra a existência destes ciclos. Os anos eleitorais de 1990, 1994 e 1998 apresentam déficits que são, em média, 1,5 a 3% maiores do que em anos não eleitorais. Após as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal e das privatizações dos bancos estaduais, a política fiscal passou a produzir superávits em todos os anos. Ademais, resultados econométricos indicam que os eleitores recompensam os políticos que produzem melhores resultados fiscais, ou seja, os eleitores são fiscalmente conservadores. Apesar disso, o arcabouço institucional parece ter sido o redutor dos incentivos em se incorrer em déficits fiscais, já que os eleitores mostraram-se incapazes de antecipar os custos de ajustes futuros na maior parte do período analisado.

Resultados semelhantes são encontrados por Sakurai e Menezes-Filho (2008) ao analisarem a relação entre a probabilidade de reeleição dos prefeitos e os gastos públicos em seus municípios. Estimções utilizando um painel com dados de 2000 municípios entre 1988 e 2000 mostram que, em termos gerais, aumentos nos gastos públicos realizados pelos prefeitos aumentam suas chances de reeleição. Ademais, aumentos nos gastos com capital nos três anos anteriores à eleição e desvios de gastos correntes no ano eleitoral beneficiam os prefeitos. Estes resultados, portanto, sugerem que os eleitores brasileiros são sistematicamente enganados por manipulações fiscais nos anos eleitorais.

Seriam estes resultados evidências de que o eleitor é racionalmente ignorante, ou os enganos sistemáticos evidenciam uma irracionalidade nos moldes da que Caplan sugere? Dillon Soares (2000) contra-argumenta a tese do eleitor irracional ao analisar uma pesquisa conduzida para o Distrito Federal, em 1997. Os resultados mostram que os eleitores decidem seu voto em função da avaliação de um extenso conjunto de políticas públicas. Entretanto, o autor não verifica até que ponto essa avaliação mostra-se correta, e o caráter pouco usual da situação socioeconômica do Estado do Distrito Federal não permite extrapolar essas conclusões para todo o Brasil. Assim, pode-se notar que as evidências empíricas sobre o comportamento eleitoral brasileiro ainda são poucas, especialmente no que concerne à racionalidade do eleitor.

Capítulo 2 – Teste de Racionalidade

Apesar da literatura teórica e empírica da economia política positiva assumir implícita ou explicitamente a racionalidade do eleitor, não existem muitas evidências empíricas sobre quão bem os eleitores processam informações econômicas quando realizam escolhas sobre políticas. Também não há consenso a respeito de como se deve testar a racionalidade dos eleitores (ver, por exemplo, Wittman (2005a, 2005b), Caplan (2005a, 2005b), Peltzman (1990) e Wolfers (2002)).

Este trabalho visa contribuir com essa literatura testando quão boa é a capacidade de processar informações do eleitor no Brasil, país este cujas características (ser uma democracia recente, ter um baixo índice de escolaridade, etc.) são pouco exploradas pela maioria dos trabalhos, dado que se concentram basicamente em países desenvolvidos.

Wittman (2005a) chama a atenção para o fato de que a metodologia dos testes de racionalidade aplicados aos eleitores não corresponde a mesma metodologia aplicada aos consumidores, o que seria um erro. Uma das formas de testar a capacidade de processar informações dos agentes no mercado econômico é por meio do modelo principal-agente. Por exemplo, Bertrand & Mullainathan (2001) testam quão bem o conselho diretor de uma empresa filtra efeitos exógenos (condições agregadas do mercado) no desempenho dos CEOs, recompensando-os financeiramente. A existência de erros sistemáticos na avaliação de desempenho sugeriria então um processamento de informações não-racional. Similar a este teste, Wolfers (2002) deriva um teste de racionalidade para o eleitor baseado no problema principal-agente existente entre os eleitores e seus candidatos eleitos.

Os eleitores se preocupam em eleger líderes competentes, mas não conseguem observar diretamente o esforço e a habilidade dos políticos. Pela teoria do principal-agente, esses eleitores devem, portanto, basear seus votos em variáveis observáveis, incluindo o desempenho econômico de sua região ou país. Assim, um eleitor racional – no sentido de processar eficientemente as informações que possui e não cometer erros sistemáticos de avaliação – deve recompensar resultados econômicos bons, os quais reflitam as ações do político em questão (o chamado voto retrospectivo), mas também deve conseguir “filtrar” em sua avaliação eventos econômicos que não estejam sob o controle desse político. Caso essa “filragem” seja imperfeita, isso evidenciaria

irracionalidade, já que o eleitor incorre em erros sistemáticos de avaliação por não processar eficientemente a informação disponível, aumentando a probabilidade de que um político incompetente (mas que tenha sorte) seja reeleito. Ou, ao contrário, não reeleger um político competente que tenha tido azar de assumir seu cargo em um momento ruim da economia. Uma irracionalidade desse tipo diminui o poder de incentivo que os eleitores detêm, já que enfraquece a relação entre as ações de um político e suas conseqüências eleitorais, diminuindo o chamado *accountability* político.

Essa caracterização de racionalidade do eleitor não leva em conta os custos e benefícios de se informar e processar eficientemente essa informação. Entretanto, ao equacionar a racionalidade com o uso eficiente de toda a informação disponível para avaliar a competência administrativa dos políticos, permite implementar um teste direto de racionalidade, sem a necessidade de especificar nenhuma forma restrita de modelo. Ao final deste capítulo, contudo, algumas considerações são feitas a respeito da validade deste teste.

2.1 O Teste de Wolfers

Como já dito, Wolfers (2002) deriva um teste do problema principal-agente existente entre os eleitores e os candidatos. Os eleitores são os principais e os governadores estaduais dos Estados Unidos são os agentes em questão.

Contudo, antes de testar a racionalidade, faz-se necessário examinar se os eleitores realmente avaliam os governadores pelo desempenho econômico dos estados. Ao analisar as eleições estaduais dos 50 estados dos EUA para o período entre 1947 e 1997, o autor restringe a amostra somente para as eleições que se aproximam de uma disputa entre dois partidos (classificados como republicanos e democratas), o que lhe dá uma amostra de 636 eleições. Wolfers então regressa a diferença percentual de votos obtida pelos partidos candidatos a reeleição entre duas eleições consecutivas em relação a vários indicadores econômicos:

$$(1) \Delta \text{Parte dos votos recebidos}_{s,t} = c + \beta \Delta \text{Desempenho econômico do Estado}_{s,t} + \varepsilon_{s,t}$$

Em que s denota o estado e t o ano. A variação nas variáveis independentes se refere à diferença entre os dois anos anteriores às eleições. A primeira variável de desempenho econômico testada é a renda pessoal per capita real, utilizada pela maior parte da literatura, apesar de ser preferível, segundo o autor, o uso do PIB estadual agregado, contudo somente disponível a partir de 1977. Essa variável se mostra uma má

prognosticadora dos resultados eleitorais, como se pode perceber pela análise da tabela 2.1 abaixo. Porém, de acordo com Wolfers, esse resultado provavelmente se deve a significantes erros de mensuração e dificuldades em deflacionar essa variável.

Efeitos das condições econômicas estaduais sobre os votos do partido em exercício para governador			
Variável dependente: Variação dos votos recebidos pelo partido em exercício (OLS)			
	Renda pessoal per capita	Taxa de emprego	Preço real das casas
Coefficiente	0.06	0.027***	0.19**
Erro padrão robusto	0.07	0.1	0.08
R² ajustado	-0.001	0.011	0.025
Amostra	n = 636 (1947-1997)	n = 636 (1947-1997)	n = 185 (1982-1997)

***, **, * denotam significancia estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Fonte: Wolfers (2002)

Tabela 2.1

A segunda variável de desempenho econômico é a taxa de emprego. Os resultados são robustos e significantes estatisticamente, o que corrobora para a hipótese de que a primeira variável apresenta problemas de mensuração. Por último, utilizou-se o preço das casas, já que representam uma *proxy* da valoração futura do mercado a respeito das características locais, tais como a oportunidade de empregos, a criminalidade local, o provimento de bens públicos, etc. Essa variável também apresenta resultados robustos e significantes da relação entre desempenho econômico e a chance de reeleição do partido.

Assim, pode-se afirmar que o desempenho econômico afeta os resultados das eleições estaduais para governador e que grande parte dos estudos que negam essa correlação deve-se à escolha de indicadores pouco precisos.

2.2 Teste da Racionalidade do Eleitor: A filtragem do desempenho relativo

Adaptando para o contexto político os testes empreendidos para os CEOs, Wolfers regressa a variação dos votos obtidos pelos partidos que disputavam a reeleição em relação às variações da economia nacional e da economia estadual relativamente à mudança na economia nacional. De acordo com o autor, “a idéia central é a de que as variações nacionais não provêem informações sobre a competência dos governadores, enquanto os desvios da economia dos estados em relação ao resto do país refletem essa competência e esforço” (2002, p.7, tradução livre). Assim:

$$(2) \Delta \text{Parte dos votos recebidos}_{s,t} = c + \alpha(\Delta \text{Desempenho econômico do Estado}_{s,t} - \Delta \text{Desempenho econômico Nacional}_t) + \beta \Delta \text{Desempenho econômico Nacional}_t + \varepsilon_{s,t}$$

O Coeficiente α é caracterizado como a recompensa do esforço e competência do governador, enquanto o coeficiente β mede a recompensa da “sorte”. O modelo de eleitor racional implica que essa recompensa pela sorte não deve existir, ou seja, a racionalidade implica em $\beta = 0$. Entretanto, a crescente literatura da economia comportamental sugere que, devido a fatores do ambiente social e de segundo plano que atrapalham a avaliação de competência, o coeficiente β pode ser positivo. Dessa forma, os testes para CEO também testam a hipótese nula de que os principais não distinguem a sorte da competência, ou seja, $\beta = \alpha$.

O primeiro teste, em que a estimação é realizada por mínimos quadrados ordinários, utiliza como variável dependente a variação na porcentagem dos votos recebidos pelo partido entre as duas eleições. O segundo teste utiliza o governador individual, ao invés do partido, estimando a regressão pelo método Probit, sendo que a variável assume o valor 1 quando o governador é reeleito, e zero, quando não é.

Os resultados são apresentados nas tabelas 2.2 e 2.3 abaixo. Eles mostram que os eleitores possuem um bom desempenho em filtrar as informações disponíveis. Cinco coeficientes das seis regressões estimadas (três variáveis de desempenho econômico e duas variáveis dependentes, partidos e governadores individuais) mostram que o desempenho econômico relativo dos estados é um importante fator nas eleições do chefe do executivo local. Novamente, somente os dados referentes à renda pessoal per capita levaram a resultados inconclusivos.

Em relação à hipótese de que os eleitores são enganados pelo desempenho da economia nacional, em apenas uma regressão a hipótese nula ($\beta = 0$) pode ser rejeitada, ou seja, os eleitores filtram esses falsos sinais. Analogamente, a hipótese nula de uma filtragem pouco eficaz ($\beta = \alpha$) é rejeitada para a variável desemprego, enquanto os testes que utilizam o preço das casas e a renda pessoal possuem pequeno poder estatístico. Assim, as evidências sugerem que o desempenho econômico estadual influencia as eleições e os eleitores apresentam uma boa capacidade de avaliá-lo relativamente à economia nacional.

Tabela 2.2

Primeiro Teste de Racionalidade - Filtragem do Desempenho Relativo (Variável Dependente = Variação dos Votos do partido)			
	Taxa de emprego	Preço real das casas	Renda pessoal per capita
α = Efeitos da competência (ΔEstado - ΔNacional)	0.42***	0.22***	0.08
β = Efeitos da sorte (ΔNacional)	0.14	0.09	0.01
R² ajustado	0.013	0.022	-0.001
Teste $\alpha = \beta$	F(1, 633) = 2.84*	F(1, 182) = 0.73	F(1, 633) = 0.33
Amostra	n = 636 (1947-97)	n = 185 (1982-97)	n = 636 (1947-97)

***, **, * denotam significancia estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Fonte: Wolfers (2002)

Tabela 2.3

Primeiro Teste de Racionalidade - Filtragem do Desempenho Relativo (Variável Dependente = Governador Reeleito) - Probit			
	Taxa de emprego	Preço real das casas	Renda pessoal per capita
α = Efeitos da competência (ΔEstado - ΔNacional)	3.0***	1.2**	1.4**
β = Efeitos da sorte (ΔNacional)	1.6*	0.8	1.6
R² ajustado	0.026	0.059	0.016
Teste $\alpha = \beta$	$\chi^2(1) = 1.16^*$	$\chi^2(1) = 0.18$	$\chi^2(1) = 0.02$
Amostra	n = 356 (1950-88)	n = 69 (1982-88)	n = 356 (1950-88)

***, **, * denotam significancia estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Fonte: Wolfers (2002)

Entretanto, existe a possibilidade de que fatores externos estejam guiando os resultados encontrados. Por exemplo, segundo o autor, as eleições estaduais podem servir para “sinalizar ao governo nacional” alguma insatisfação com a economia, caso o governador e o presidente pertençam ao mesmo partido, o que sugere a inclusão de uma variável para o partido do presidente em exercício. Ademais, variáveis de controle, como efeitos fixos para os anos interagidos com o partido, que capturem mudanças em relação à preferência pelo partido, e de efeitos fixos para estados, que capturem mudanças próprias do estado, também devem ser incluídas. Os resultados mostram que essas

variáveis de controle são muito significativas estatisticamente, mas as estimações em relação à competência do eleitor permanecem robustas.

Por fim, Wolfers analisa somente os dados para os períodos de variação moderada das variáveis de desempenho econômico, já que fora desses períodos a avaliação dos eleitores pode ser dificultada por questões como aversão ao risco de eleger novos governadores (em períodos de depressão econômica nacional) ou assimetria de informação (em períodos de grande crescimento). Os resultados continuam robustos após a retirada destes períodos. Portanto, os resultados são consistentes com o modelo de eleitor racional, pois sugerem que o eleitor não é enganado por melhoras na economia estadual que não se devem à competência e ao esforço do governador.

2.3 O Teste da Racionalidade do Eleitor por Variáveis Instrumentais

O teste acima, entretanto, somente evidencia uma capacidade mais simples de filtragem por parte dos eleitores. Um teste mais complexo deveria estender a análise para um conjunto de outros choques exógenos relacionados com a economia estadual além da mera correlação desta com a economia nacional. Para isolar tais choques, Wolfers utiliza o método de variáveis instrumentais, o qual facilita a comparação direta entre os retornos por “sorte” e os retornos por competência: em um primeiro estágio, divide-se o desempenho econômico estadual em um componente que claramente não reflete a competência do governador, por estar fora do controle deste, e outro que, possivelmente, reflete em parte essa competência. Em um segundo estágio, estima-se a correlação entre cada um desses componentes e a probabilidade de reeleição.

Pode-se comparar esse método com o teste anterior da seguinte forma: o teste utilizado de avaliação relativa tratava a variável de desempenho econômico nacional como uma possível fonte exógena do desempenho estadual. Especificamente, ela serviu como um instrumento de “sorte” do governador. Já a variação residual dos estados ($\Delta \text{Desempenho econômico do Estado}_{s,t} - \Delta \text{Desempenho econômico Nacional}_t$) funcionou como uma *proxy* imperfeita para estimar a competência do governador. Portanto, supôs-se implicitamente que na regressão do primeiro estágio o coeficiente foi 1, ao invés de se estimá-lo. Esses dois “instrumentos” foram então utilizados para medir o papel da sorte e da competência nas decisões eleitorais. Dessa forma, pretende-se estender essa abordagem para testar efeitos de outras fontes de “sorte” e verificar se os eleitores cometem erros sistemáticos na avaliação dos políticos.

Como já dito, a variação residual dos estados funcionou como uma *proxy* imperfeita para estimar a competência dos governadores. Ao invés de supor como 1 o coeficiente da regressão no primeiro estágio, pode-se estimá-lo isolando uma fonte conhecida fora da alçada de competência do governador:

$$(3) U_{s,t}^{Estado - Nacional} = \beta X_{s,t} + \zeta_{s,t}$$

Em que $U_{s,t}^{Estado - Nacional}$ é a variação do desempenho econômico estadual em relação ao nacional (Wolfers utiliza a variação do emprego estadual menos a variação do emprego nacional) e $X_{s,t}$ refere-se à fonte de crescimento da economia estadual fora do controle dos governadores. O resíduo remanescente $\zeta_{s,t}$ é denominado $U_{s,t}^{Inexplicável}$, que pode, em parte, refletir a competência do governador. Defini-se esse resíduo da seguinte forma:

$$(4) U_{s,t}^{Inexplicável} \equiv U_{s,t}^{Estadual} - U_t^{Nacional} - \beta^{\wedge} X_{s,t} = \gamma G_{s,t} + v_{s,t}$$

Em que a variável $G_{s,t}$ é denominada “competência do governador” e a variação residual $v_{s,t}$ é denominada “sorte não-observada”. Ou seja, o desempenho econômico estadual pode refletir tanto a competência do governador $G_{s,t}$, quanto outras fontes que não sejam relacionadas com a economia nacional e nem com o choque exógeno $X_{s,t}$. Cabe aqui salientar dois pontos. Primeiro, a diferença entre a “sorte observada” $X_{s,t}$ e a “sorte não-observada” $v_{s,t}$ refere-se à observação pelo econometrista, não sobre a observação pelos eleitores, já que não se sabe até que ponto $v_{s,t}$ é desconhecido por estes. Segundo, $G_{s,t}$ e $v_{s,t}$ são calculadas apenas indiretamente, por meio de $\zeta_{s,t}$. Assim, na regressão de segundo estágio, o teste de racionalidade é expandido da seguinte forma:

$$(5) \Delta \text{ dos votos recebidos }_{s,t} = \lambda U_t^{Nacional} + \delta \hat{U}_{s,t}^{Estado - Nacional} + \alpha U_{s,t}^{Inexplicável} + \varepsilon_{s,t}$$

O coeficiente λ reflete o impacto da economia nacional na chance de reeleição dos governadores, indicando a capacidade mais simples de filtragem pelos eleitores, os quais comparam o desempenho da economia estadual em relação à economia nacional. Um $\lambda > 0$ evidencia que os eleitores cometem erros sistemáticos em suas avaliações. Por sua vez, δ reflete uma capacidade “mais sofisticada” dessa filtragem, já que mede a variação da economia estadual devida a fonte $X_{s,t}$, fora do controle do governador. Caso esse coeficiente também seja positivo, os eleitores também cometem erros sistemáticos de avaliação. Já a interpretação do coeficiente α é mais sutil. Devido à variável $U_{s,t}^{Inexplicável}$ refletir tanto as ações governamentais $G_{s,t}$ como a “sorte não-observada” $v_{s,t}$, esse

coeficiente pode ser interpretado como uma média ponderada dos retornos da competência do governador e de sua sorte não-observada.

Sabe-se que essa hipótese sobre α é bastante forte, mas de acordo com Wolfers a dubiedade desse coeficiente não compromete a estimação da competência sobre as chances de reeleição por três motivos. Primeiramente, se a “sorte não-observada” $v_{s,t}$ não é observada pelos eleitores, então eles não conseguem distinguir o que é competência e o que é sorte em $U_{s,t}^{Inexplicável}$ e, por conseguinte, recompensam ambos com o mesmo peso. Assim, α representa bem os retornos do governador em conduzir competentemente a economia de seu estado. Em segundo lugar, se $v_{s,t}$ é observada por eleitores racionais, eles irão descontar totalmente essa sorte em sua avaliação e, portanto, α irá refletir uma estimativa atenuada dos retornos de competência. Por último, se $v_{s,t}$ é observada pelos eleitores, mas eles não a distinguem da competência, também não distinguem a “sorte observada” $X_{s,t}$, e o coeficiente α irá refletir uma média ponderada dos retornos por sorte e por competência. Contudo, caso o instrumento utilizado na regressão de primeiro estágio (equação 3) seja fraco, o componente de sorte na estimação de $U_{s,t}^{Inexplicável}$ será exacerbado.

Resumindo, se um instrumento isola apropriadamente uma fonte exógena de variação no desempenho econômico que reflita apenas a sorte dos governadores, $U_{s,t}^{Inexplicável}$ refletirá uma boa estimativa da competência governamental e λ e δ representarão capacidades distintas de avaliação dos eleitores.

2.4 Instrumentos e Resultados

O primeiro instrumento utilizado foi o preço do petróleo, de modo a verificar se as flutuações econômicas dos estados causadas por choques desse insumo são devidamente filtradas pelos eleitores nas eleições para governador. Esse é um bom instrumento por dois motivos: i) é improvável que o preço do petróleo seja afetado pela competência do governador e; ii) porque ele proporciona uma expansão econômica nos estados produtores de petróleo e uma diminuição naqueles dependentes desse insumo. Assim, na regressão de primeiro estágio, o logaritmo do preço real do petróleo interage com uma *dummy* para cada estado e empregam-se 50 variáveis de efeitos fixos para captar as particularidades de cada estado:

$$(6) U_{s,t}^{Estado - Nacional} = \sum_{S \in Estados} \mu_S + \beta_s (Estado_s * \Delta P_{t-1}^{Petróleo}) + \zeta_{s,t}$$

Em que μ_s e $Estado_s$ são *dummies* para os estados e $\Delta P_{t-1}^{Petróleo}$ é a variação percentual do logaritmo do preço real do petróleo entre os dois anos anteriores a eleição. A variável dependente utilizada foi a taxa de emprego. Por sua vez, $\zeta_{s,t}$ é a *proxy* que será utilizada na estimativa dos retornos eleitorais da competência do governador.

Tabela 2.4

Segundo Teste de Racionalidade - Variáveis Instrumentais			
Taxa de Emprego - Instrumento: Logaritmo do Preço do Petróleo t-1			
Regressão em Primeiro Estágio			
$U_{s,t}^{Estado-Nacional} = \sum_{S \in Estados} \mu_s + \beta_s (Estado_s * \Delta P_{t-1}^{Petróleo}) + \zeta_{s,t}$			
Amplitude dos coeficientes da variável interada: de -0.07 até +0.023			
Estados cujos efeitos foram mais positivos: AK, LA, OK, TX, WY			
Estados cujos efeitos foram mais negativos: IN, MI, NV, TN			
R² ajustado = 0.15		n = 2504 (1947-97)	
Regressão em Segundo Estágio (OLS)			
$\Delta \text{ dos votos recebidos }_{s,t} = \lambda U_t^{Nacional} + \delta \hat{U}_{s,t}^{Estado-Nacional} + \alpha U_{s,t}^{Inexplicável} + \varepsilon_{s,t}$			
	Coeficiente	Erro Padrão Robusto	Erro Padrão Bootstrap
Filtragem Simples (λ)	0.15	0.12	0.12
Filtragem Sofisticada (δ)	1.13***	0.37	0.40
Retornos da Competência (α)	0.32**	0.14	0.15
R² ajustado = 0.017		n = 636 (1947-97)	

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Fonte: Wolfers (2002)

Os resultados obtidos por essa regressão indicam que a os estados produtores de petróleo (Alaska, Wyoming e Texas) são os maiores beneficiados pelo aumento do preço desse bem, como seria de se esperar, enquanto os mais prejudicados são estados como Michigan e Indiana. Entretanto, ao analisar os efeitos dessa fonte de crescimento nos resultados eleitorais (ver tabela 2.4 acima), verifica-se que, apesar dos eleitores não se enganarem a respeito da influência dos ciclos econômicos nacionais no desempenho de seus estados, as flutuações causadas pelos choques no preço do petróleo os enganam sistematicamente. Os governadores de estados produtores de petróleo são reeleitos em

períodos de alta dos preços, enquanto nos estados mais dependentes os governadores são retirados de seus cargos. Já a variável que mede a “competência” apresenta um bom poder de explicação, indicando que quanto maior essa competência maior a probabilidade de reeleição.

O segundo instrumento utilizado foi os choques econômicos agregados. Com isso, examinam-se as flutuações econômicas estaduais que reflitam a sensibilidade de cada estado a esses choques. Novamente empregam-se 50 instrumentos, um para cada estado, que interagem com a taxa de desemprego nacional, a qual reflete esses choques econômicos agregados:

$$(7) U_{s,t}^{Estado - Nacional} = \sum_{S \in Estados} \mu_s + \beta_s (Estado_s * U_t^{Nacional}) + \zeta_{s,t}$$

Os resultados mostram diferenças estatística e economicamente significativas entre as sensibilidades cíclicas dos estados. Por exemplo, o estado de Michigan é extremamente pró-cíclico, enquanto o Alaska é contra-cíclico. Ao analisar os efeitos dessa fonte exógena de crescimento nos resultados eleitorais, apresentados na tabela 2.5 abaixo, novamente se verifica que os eleitores cometem erros sistemáticos de avaliação. Apesar de compararem relativamente bem seus estados em relação à economia nacional e não haver nenhuma tendência em avaliarem os governadores pelo desempenho econômico nacional (λ não é estatisticamente significativo), eles são enganados por surtos de crescimento econômico devido a flutuações pró-cíclicas em seus estados. Ou seja, dado que uma expansão econômica leva um estado pró-cíclico a um *boom* econômico local ainda maior, os eleitores são enganados pelo maior crescimento local relativamente à média nacional e reelegem os governadores, presumivelmente baseados em um erro de inferência da competência destes. Do mesmo modo, os eleitores depõem os governadores de estados pró-cíclicos em períodos de recessão nacional e de estados contra-cíclicos em períodos de crescimento econômico, ambos por “manterem” o desempenho econômico de seus estados abaixo da média nacional. Já a variação residual $\zeta_{s,t}$, utilizada como *proxy* para competência, continua apresentando um bom poder de explicação.

Wolfers realiza o mesmo teste de variáveis instrumentais utilizando, no modelo Probit, a variável dependente “Governador em exercício reeleito”. Os resultados com ambos os instrumentos são mais fracos e apresentam algumas anomalias, como os eleitores conseguindo realizar a filtragem sofisticada, mas não a filtragem simples, no caso dos ciclos nacionais. Ademais, Wolfers impõe mais estrutura no instrumento de sorte: ao invés de deixar que os efeitos variem independentemente entre os estados, é

imposta uma restrição de que as diferentes sensibilidades refletem diferentes composições de indústrias nos estados. Assim, ele interage, na regressão de primeiro estágio, o logaritmo do preço do petróleo com a porcentagem dos rendimentos de cada tipo de indústria do estado: construção, finanças, agropecuária, mineração, etc. Os resultados são basicamente os mesmos.

Tabela 2.5

Segundo Teste de Racionalidade - Variáveis Instrumentais
Taxa de Emprego - Instrumento: Sensibilidade ao Ciclo Nacional
Regressão em Primeiro Estágio

$$U_{s,t}^{Estado-Nacional} = \sum_{S \in Estados} \mu_s + \beta_s (Estado_s * U_t^{Nacional}) + \xi_{s,t}$$

Amplitude dos coeficientes da variável interada: de -2.4 até +0.9

Estados cujos efeitos foram mais positivos: CT, IN, KY, MI, OH

Estados cujos efeitos foram mais negativos: AK, HI, ND, NM, OK, SD, WY

R² ajustado = 0.12

n = 2504 (1947-97)

Regressão em Segundo Estágio (OLS)

$$\Delta \text{ dos votos recebidos }_{s,t} = \lambda U_t^{Nacional} + \delta \hat{U}_{s,t}^{Estado-Nacional} + \alpha U_{s,t}^{Inexplicável} + \varepsilon_{s,t}$$

	Coeficiente	Erro Padrão Robusto	Erro Padrão Bootstrap
Filtragem Simples (λ)	0.15	0.12	0.12
Filtragem Sofisticada (δ)	0.54*	0.30	0.34
Retornos da Competência (α)	0.40***	0.14	0.14
	R² ajustado = 0.012	n = 636 (1947-97)	

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Fonte: Wolfers (2002)

Portanto, os resultados encontrados sugerem que os eleitores diferenciam apenas os sinais mais evidentes entre “sorte” e competência governamental. Testes que avaliam uma capacidade de filtragem mais sofisticada mostram que eles cometem erros sistemáticos de avaliação, reelegendo políticos sortudos, mas menos competentes.

Entretanto, Wolfers argumenta que, tendo rejeitado a racionalidade estrita, a evidência de que os eleitores não agem como o modelo principal-agente prediz não

significa que sejam necessariamente irracionais. Pode ser que ocorram desvios do modelo, como preferências por lideranças estáveis em períodos de incerteza política devido à aversão ao risco. Como qualquer conjunto de escolhas pode ser racionalizado apelando-se para uma formulação particular das preferências, um contra-argumento aos resultados encontrados depende da plausibilidade das preferências requeridas para explicá-los. Portanto, o autor prefere classificar os eleitores como quase-rationais, ao invés de puramente irracionais.

É preciso, contudo, levar em consideração algumas dificuldades que este teste enfrenta. Primeiramente, Wolfers analisa comportamentos agregados para inferir sobre o comportamento individual. Na literatura esse tipo de abordagem é conhecida como “falácia ecológica”: pensar que as relações observadas para grupos necessariamente se mantêm para o nível individual. Esse tipo de abordagem pode apresentar dois problemas. Por um lado, o interesse analítico pode ser em um determinado grupo, mas os dados que se dispõem podem pertencer a outro grupo. Por exemplo, os eleitores mais sofisticados, que votam de acordo com o modelo principal-agente, podem estar empregados, enquanto que os dados de desemprego referem-se ao indivíduos menos capazes, eleitores que se encontram desempregados e que não filtram os efeitos da sorte dos efeitos de competência. Por outro lado, pode haver um viés de agregação, ou seja, o comportamento individual não é o mesmo do comportamento agregado, inclusive podendo ser o contrário do esperado. (Kramer, 1983)

Um segundo ponto que se deve considerar é o fato de que o teste de Wolfers equaciona racionalidade com apenas um aspecto do comportamento eleitoral, a saber, o voto retrospectivo. Essa abordagem reducionista, apesar de ser útil para a modelagem econométrica, deixa de fora fatores tão ou mais importantes para a explicação do voto. Por exemplo, a abordagem da escola de Michigan, que enfatiza as perspectivas psicológicas e psicossociológicas para explicar o comportamento eleitoral, não é contemplada por este teste. Como explica Borba (2005), para essa vertente teórica são as opiniões (motivações, percepções e atitudes) em relação à esfera política que determinam as preferências e, conseqüentemente, o voto, ao invés de considerações factuais sobre a economia e a sociedade.

Por fim, pode-se contra-argumentar que os resultados obtidos devem-se a falta de informação dos eleitores. Ao não saberem quem é o responsável pelos resultados econômicos, os eleitores preferem recompensar (ou punir) todos os políticos possivelmente envolvidos. Na falta de informação, é preferível manter o *status quo*.

Tendo em vista tais considerações, acredita-se que o teste de Wolfers pode representar mais uma capacidade que o eleitor deveria possuir para um bom funcionamento da democracia, ou seja, pode medir mais a sofisticação do eleitor, do que propriamente sua racionalidade. Apesar dessas ressalvas, a adaptação deste teste para o contexto brasileiro ainda mantém-se importante e interessante, quer seja pelo aspecto de teste de sofisticação do eleitor, quer seja pela ligação que estabelece entre economia e política nas eleições estaduais para governador, aspecto este muito pouco estudado na literatura nacional. Assim sendo, pode-se passar ao estudo do caso brasileiro.

Capítulo 3 – O Eleitor Brasileiro

Tendo em mente as ressalvas feitas ao teste de racionalidade elaborado por Wolfers no último capítulo, sua adaptação para o Brasil exige algumas considerações sobre o contexto institucional e social brasileiro, além de considerações sobre dificuldades estatísticas que podem comprometer as estimações. A próxima seção examina detalhadamente tais aspectos. Em seguida, a seção 3.2 descreve os dados utilizados nas estimações que, por sua vez, são apresentadas na seção 3.3.

3.1 Considerações sobre o contexto brasileiro

O primeiro aspecto a ser levado em conta quando se adapta para o Brasil uma metodologia utilizada para os Estados Unidos é a diferença histórica dos sistemas de governança política entre esses países. Enquanto os Estados Unidos já estão acostumados ao processo democrático há mais de 200 anos ininterruptos, o Brasil ainda está entrando em sua terceira década de democracia. Esse histórico de baixa experiência com o sufrágio universal pode se refletir numa cultura política fraca. Como explicam Almond e Verba (1989), “o termo cultura política refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública” (*apud* Borba, 2005, p.149). Essas atitudes a respeito do sistema e seus procedimentos teriam uma ligação com a experiência democrática, em um processo de aprendizagem que se sedimentaria com o tempo. Dessa forma, seria de se esperar que os eleitores americanos estivessem mais familiarizados com o sistema democrático e tivessem um comportamento mais condizente com este.

Outro aspecto a ser levado em conta é a diferença institucional entre o federalismo brasileiro e o norte-americano. Por diferenças constitucionais, os estados norte-americanos gozam de uma autonomia muito maior do que os estados brasileiros. Tal aspecto pode se refletir na atribuição que os eleitores dão a cada governador. É possível, por exemplo, que os eleitores brasileiros não associem o desempenho econômico de seus estados à competência do governador, atribuindo tal desempenho exclusivamente ao executivo federal. Portanto, é provável que variáveis que captem aspectos locais, como a violência ou o saneamento básico, tenham mais relação com a avaliação que os eleitores fazem do governador do que variáveis econômicas.

Um terceiro aspecto que diferencia estes países é a escolaridade da população. No Brasil, enquanto índice de analfabetismo ainda se mantém em 27% em certos estados, como Alagoas e Piauí, nos Estados Unidos $\frac{3}{4}$ da população possuem ensino médio. Por estar ligado ao grau de sofisticação do eleitor, o baixo nível de escolaridade da população pode ter repercussões significativas nos resultados obtidos. Ademais, a concentração de renda no Brasil é uma das mais altas do mundo, o que pode ter implicações em relação ao acesso às informações políticas. De fato, Rennó (2007) mostra que a renda média do bairro em que o eleitor vive é um fator decisivo no acesso a informação. Estes fatos são agravados ainda mais devido à obrigatoriedade do voto. Enquanto nos Estados Unidos o voto é facultativo, no Brasil o não comparecimento às urnas implica em sanções legais e financeiras (apesar de alguns autores considerarem tais sanções baixas). Faz-se necessário, portanto, controlar os resultados com uma variável que capte a educação, por exemplo, a taxa de analfabetismo da população estadual, além de algum controle para a desigualdade de renda, como o índice de Gini.

Por fim, a adaptação do teste de Wolfers para o contexto brasileiro esbarra no problema do sistema multipartidário. Nas eleições norte-americanas, o bipartidarismo permite uma atribuição mais clara da variável “Variação dos votos” à avaliação que o eleitor faz do governo. Se a disputa se dá entre dois partidos, pode-se argumentar que a variação dos votos entre duas eleições consecutivas capta bem a avaliação do desempenho do partido em exercício por parte dos eleitores. Em um sistema multipartidário, entretanto, essa correspondência entre variação dos votos e avaliação seria menos clara. Devido ao maior número de partidos e à pluralidade de coligações entre os diferentes estados, a variação dos votos se daria mais pela entrada de novos partidos e seus candidatos do que à avaliação do governo em exercício.

Contudo, uma análise detalhada das eleições brasileiras para governador entre 1994 e 2006 afasta tal hipótese. Em primeiro lugar é preciso diferenciar as variações de votos entre governadores, partidos e coligações. Variações na quantidade de votos recebidos por um governador candidato à reeleição refletem muito mais uma avaliação de seu governo do que variações de votos da coligação que ele apóia. Por exemplo, é mais provável que a variação dos votos que o governador Jarbas Vasconcelos do PMDB de Pernambuco obteve entre 1998 e 2002, quando se candidatou à reeleição, se deva à avaliação de seu governo, do que a variação dos votos entre 2002 e 2006, quando apoiou o candidato Mendonça, do PFL. Dessa forma, a variável “Variação dos votos” em 2002

para o estado de Pernambuco provavelmente capta mais a avaliação que os eleitores fizeram do governo que a mesma variável em 2006.

Analogamente, variações de votos de um mesmo partido também captam melhor, em relação à coligação, a avaliação que os eleitores fazem a respeito do governo em exercício. Por exemplo, a variação dos votos em 2002 no estado da Bahia, quando o governador César Borges do PFL apoiou Paulo Souto, também do PFL baiano, possui, provavelmente, mais relação com a avaliação que o eleitor fez do governo em exercício do que a variação de votos no estado do Rio Grande do Norte, quando o PMDB do governador Garibaldi Alves apoiou a coligação do candidato Fernando Freire, do PPB. Assim, as variações dos votos que se referem a governadores candidatos à reeleição e candidatos cujos partidos estejam concorrendo à reeleição captam muito melhor o componente “avaliação do governo” do que quando o governo em exercício apóia um candidato apenas por meio da coligação.

Uma análise das eleições brasileiras para o período mostra que em apenas 10% das eleições analisadas a variável “Variação dos votos” representa variações referentes à coligação, enquanto que 52,5% das eleições da amostra são governadores que corriam à reeleição. Portanto, em 90% dos dados utilizados o que está em questão é a variação dos votos recebidos por um governador candidato à reeleição ou seu partido. Isso permite afirmar que a variável “Variação dos votos” capta bem o voto retrospectivo, ou seja, a avaliação que os eleitores fazem dos governadores em exercício, e não se deve à entrada ou saída de partidos e seus candidatos. Esse argumento é comprovado por uma análise estatística das eleições: abaixo, tem-se a variável “Variação dos votos” em função da diferença do número de candidatos a governador por estado entre as duas eleições. Como depreende-se da análise dos resultados, não há relação entre estas duas variáveis, ou seja, o aumento da concorrência nas eleições não influencia significativamente a variável “variação dos votos”.

Tabela 3.1

Influência do Número de Partidos sobre a variação dos votos recebidos:					
<i>ΔParte dos votos recebidos $_{s,t} = c + \mu (\Delta$ do Número de Candidatos a governador $_{s,t}) + \varepsilon_{s,t}$</i>					
Coefficiente	Erro Padrão Robusto	t	P-valor	F(k, n-k)	R-quadrado
-0.008	0.008	-0.97	0.335	F(1, 78) = 0.94	0.013

Outra característica das eleições governamentais brasileiras que permite a adaptação do modelo OLS (cuja variável dependente é “ Δ votos recebidos”) para o Brasil é seu alto índice de eleições que se caracterizam como uma eleição bipartidária, em que apenas dois partidos recebem mais que 20% dos votos em primeiro turno: 86% das eleições para o período entre 1994 e 2006 possuem essa característica. Por exemplo, a despeito das eleições estaduais de São Paulo em 2006 terem tido 14 candidatos diferentes (o estado que mais teve candidatos nesse ano), os dois candidatos mais votados obtiveram 89,6% do total de votos válidos, o que claramente caracteriza este pleito como sendo bipartidário. Ademais, dos 14% remanescentes, apenas em quatro eleições os candidatos apoiados pelos governadores em exercício não ficaram entre os dois candidatos mais bem votados: Rio Grande do Sul, em 2006, Amapá e Sergipe, em 2002, e Amapá em 1994.

Assim sendo, a despeito do sistema multipartidário, acredita-se que as variações dos votos das eleições estaduais para governador representam bem a avaliação que o eleitor brasileiro faz destes políticos, o que permite a adaptação do modelo OLS de Wolfers para o Brasil.

3.2 O modelo e os dados

Feitas essas considerações, é preciso levar em conta algumas dificuldades estatísticas. O número de eleições para o Brasil é muito inferior ao número que Wolfers possui a disposição. As eleições para governador no Brasil sofreram uma interrupção ao longo do período da ditadura militar e só foram retomadas em 1982. Mesmo assim, alguns estados somente tiveram eleições para esse cargo em 1990, como é o caso de alguns estados do Norte, como Amapá, Roraima e Rondônia. Similarmente, o estado de Tocantins foi criado em 1988 e a primeira eleição só se realizou em 1990. Portanto as análises dão-se a partir das eleições de 1990. Tendo sido realizadas quatro eleições desde então, conta-se com uma base de 108 unidades.

A variável dependente “Variação dos votos” utilizada no modelo OLS foi construída da seguinte forma: refere-se à diferença de votos obtida entre duas eleições consecutivas pelo governador em exercício, ou partido/coligação à qual ele pertence. Todas as diferenças referem-se à variação percentual entre as eleições de primeiro turno, o que evita comparar eleitores que votaram pela reeleição de um candidato como segunda opção. Por exemplo, em 1998 o governador de São Paulo Mário Covas, do PSDB, obteve no primeiro turno da eleição 23% do total de votos válidos. Em 2002, o candidato apoiado pelo governador foi Geraldo Alckmin, também do PSDB, que obteve 38,3% dos

votos válidos. Ou seja, a variação dos votos obtidos pelo governador/partido/coligação em 2002 foi de 15,3%.

Outro exemplo: em 1998, o governador do Rio Grande do Sul Olívio Dutra do PT obteve 45,9% dos votos válidos no primeiro turno. Em 2002, o candidato apoiado por esse governador, Tarso Genro, do também PT obteve 37,3% dos votos válidos. Assim, a variação dos votos no Rio Grande de Sul, em 2002, foi de -8,6%.

Ademais, houve uma preocupação com as variações muito grandes de votos, já que podem se dever a fatores que não sejam correlacionados com a avaliação do governador em exercício. Por exemplo, a entrada de um candidato muito popular, como na eleição estadual de Minas Gerais, em 2002, quando o candidato Aécio Neves do PSDB concorreu ao cargo de governador, fez com que a variação dos votos entre 1998 e 2002 fosse de -37,6%. Assim, adotou-se a cautela de excluir da amostra todos os valores da variável “Variação dos votos” maiores, em módulo, que 25%. Com isso, 28 observações foram excluídas da amostra. Destas, 18 encontram-se no pleito de 1994, antes da possibilidade de reeleição do governador.

Já para o modelo Probit foram testadas duas formas da variável dependente. Em primeiro lugar, utilizou-se a variável “Coligação Reeleita”: essa variável assume valor 1 caso o governador tenha sido reeleito, ou o partido ao qual ele pertence tenha sido reeleito, ou ainda se seu partido pertence à coligação reeleita. Caso contrário, a variável assume valor zero. Em segundo lugar, utilizou-se a variável “Governador e/ou partido reeleito”: ela assume valor 1 caso o governador ou partido tenha sido reeleito, e zero caso contrário. Como em apenas 7 observações a variável “Coligação Reeleita” assumiu um valor diferente da variável “Governador e/ou partido reeleito”, todos os resultados estimados não apresentaram nenhuma diferença significativa entre as duas variáveis.

A variação das variáveis independentes refere-se à diferença entre o ano eleitoral e o ano anterior, assumindo que o eleitor avalia o governador pelo desempenho recente do seu estado, como é padrão na literatura existente. Por exemplo, a variável $\Delta Taxa de Homicídios$ refere-se à taxa de crescimento dos homicídios entre 1993 e 1994, entre 1997 e 1998, etc. A variação do PIB, por sua vez, é medida como a diferença entre o PIB do ano eleitoral menos o PIB do ano anterior, mantendo-se a unidade em bilhões de reais.

Os dados referentes ao desemprego estadual foram calculados por meio das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) entre 1992 e 2007. Essa taxa corresponde ao total de pessoas desocupadas, com 16 anos ou mais, dividido pela população economicamente ativa do estado. Devido a não realização destas pesquisas

para os anos de 1994 e 2000, calculou-se os dados para estes anos por meio de uma média entre o ano anterior e o ano consecutivo, como é padrão na literatura (ver, por exemplo, Avarte *et al.*, 2007). Os dados eleitorais foram coletados através do banco de dados do Professor Jairo Nicolau da IUPERJ.² Todos os demais dados foram obtidos no banco de dados Ipeadata³, exceto os dados de despesa com custeio (pessoal e encargos), despesa com assistência e previdência para os anos de 2006 e 2007, obtidos no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional.⁴

3.3 Resultados

Tendo em vista as peculiaridades do contexto brasileiro e ciente, especialmente, do menor número de observações disponíveis para o Brasil, podemos examinar as regressões estimadas. Cabe lembrar que todas as estimações foram realizadas pelo método *pooled cross section*, de modo que as variáveis nacionais não fossem perfeitamente correlacionadas com os efeitos fixos. A próxima subseção verifica se o eleitor brasileiro avalia os governadores por meio de variáveis socioeconômicas, ou seja, se há relação entre o voto e essas variáveis. Em seguida, são apresentados os resultados para o primeiro e segundo testes de Wolfers.

3.3.1 Relação entre as variáveis socioeconômicas e o voto

A primeira análise a ser feita é verificar se uma melhora em indicadores socioeconômicos possui relação com a quantidade de votos recebidos pelo governador/partido/coligação. Para isso, foram testadas onze variáveis, todas a nível estadual: a taxa de desemprego, PIB per capita, PIB a preços constantes, PIB a preços de mercado corrente, renda média do primeiro trabalho, renda média de todos os trabalhos, média do salário/hora, porcentagem de domicílios com água potável na rede geral, porcentagem de domicílios com instalação de esgoto, a porcentagem de pessoas consideradas pobres e taxa de homicídios por 100.000 habitantes. Cabe salientar que os dados para taxa de homicídios estavam disponíveis apenas até o ano 2002 no banco de dados Ipeadata.

Como em Wolfers (2002), a estimação dessa relação é dada pela regressão (1) abaixo. Os resultados para cada variável são apresentados na tabela 3.2.

² <http://jaironicolau.iuperj.br/>, último acesso em 28/12/2008

³ <http://www.ipeadata.gov.br/>, último acesso em 28/12/2008

⁴ <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>, último acesso em 28/12/2008

$$(1) \Delta \text{ dos votos recebidos }_{s,t} = c + \beta \Delta \text{ Desempenho socioeconômico do Estado }_{s,t} + \varepsilon_{s,t}$$

Tabela 3.2

Relação entre Condições Socioeconômicas e o Voto (Variável Dependente = Variação dos Votos) - Modelo OLS					
Variável	Coefficiente	Erro Padrão	P > t	F(n, n-k)	R ²
Tx. de Desemprego	-2.446	0.969	0.014**	F(1, 78) = 6.38**	0.056
PIB per capita	0.012	0.011	0.271	F(1, 78) = 1.23	0.009
PIB preços const.	0.003	0.001	0.005***	F(1, 78) = 8.52***	0.027
PIB mercador corrente	0.001	0.001	0.607	F(1, 78) = 0.27	0.006
Renda média 1º trabalho	0.000	0.000	0.316	F(1, 78) = 1.02	0.013
Renda méd. todos trabalhos	0.000	0.000	0.347	F(1, 78) = 0.90	0.011
Média salário/hora	0.015	0.010	0.143	F(1, 78) = 2.19	0.024
Água Potável	-0.922	0.371	0.015**	F(1, 78) = 6.18**	0.049
Esgoto	-0.109	0.157	0.489	F(1, 78) = 0.48	0.004
Pessoas Pobres	-0.633	0.261	0.018**	F(1, 78) = 5.86**	0.043
Taxa de Homicídios	-0.225	0.084	0.01***	F(1, 55) = 7.09***	0.105

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Todas as estatísticas foram calculadas com o erro padrão robusto.

Depreende-se da análise da tabela 3.2 que apenas cinco das onze variáveis socioeconômicas testadas possuem relação com a quantidade de votos recebidos pelo governo em exercício. São elas: taxa de desemprego, PIB a preços constantes, domicílios com água potável, porcentagem da população abaixo da linha da pobreza e taxa de homicídios. Destas, todas apresentam o sinal esperado, exceto a variável “Água Potável”, que possui sinal negativo, ao contrário do que seria de se esperar. O mesmo acontece para a outra variável que mede saneamento e infra-estrutura: domicílios com instalação de esgoto. Supostamente, um aumento do número de domicílios com essas características deveria repercutir positivamente na reeleição dos governadores. Por sua vez, a variável “Taxa de homicídios” é uma das mais significativas, o que seria de se esperar, dada a grande importância atribuída pelo eleitor à segurança e a responsabilização dela ao governo estadual.

Como no estudo de Wolfers, as variáveis de renda pessoal não apresentam correlação com a quantidade de votos recebidos. Entretanto, a variável de PIB a preços constantes mostra-se bastante significativa, a qual, de acordo com ele, seria preferível às variáveis de renda pessoal por dois motivos: em primeiro lugar, os dados de renda enfrentariam erros de mensuração significantes, os quais poderiam viesar os coeficientes e, em segundo lugar, dificuldades em deflacioná-los maiores do que o produto interno bruto (2002, p.5). Em seu trabalho, Wolfers só não utiliza o PIB estadual porque os dados estão disponíveis apenas a partir de 1977.

As magnitudes dos coeficientes são diretamente interpretáveis: por exemplo, o aumento de 1% de pessoas pobres da população do estado diminui em 0.63% a porcentagem de votos recebidos pelo governo em exercício. Assim, as estimações mostram que a variável “Taxa de Desemprego” é a que possui o maior impacto nas chances de reeleição do governador/partido/coligação. Essa forte relação entre voto e emprego está de acordo com o que Caplan (2007) denomina “viés gerador de emprego”: as pessoas, em geral, tendem a associar a prosperidade econômica mais com o aumento de empregos do que com o aumento da produção.

É possível, portanto, concluir que o eleitor brasileiro avalia retrospectivamente os governos estaduais por meio de indicadores socioeconômicos. Os baixos valores da estatística R^2 mostram apenas que existem muitos outros fatores que determinam o voto.

3.3.2 Primeiro Teste: filtragem do desempenho relativo

O primeiro teste de Wolfers examina a capacidade do eleitor de avaliar o desempenho de seu estado relativamente ao resto do país. De acordo com o modelo principal-agente, o desempenho nacional da variável em questão não deveria repercutir sobre a avaliação que o eleitor faz do governo estadual. Já o desempenho relativo dessa variável deveria, pois, em tese, ele reflete a competência e esforço do governador. Assim, na estimação da equação (2) abaixo, a hipótese nula de que β é igual a zero não deveria ser rejeitada.

$$(2) \Delta \text{ dos votos recebidos }_{s,t} = c + \alpha (\Delta \text{ Desempenho socioeconômico do Estado }_{s,t} - \Delta \text{ Desempenho socioeconômico Nacional }_t) + \beta \Delta \text{ Desempenho socioeconômico Nacional }_t + \varepsilon_{s,t}$$

Os resultados da estimação desse modelo em Pooled OLS são apresentados na tabela 3.3 abaixo. Esse teste foi realizado apenas para as variáveis que mostraram relação com a quantidade de votos recebidos pelo governo.

Tabela 3.3

Primeiro Teste de Racionalidade - Filtragem do Desempenho Relativo (Variável Dependente = Variação dos Votos) - OLS				
Taxa de Desemprego			PIB preços constantes	
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)
Coefficiente	-2.419	-2.868	0.004	0.003
Erro Padrão	1.105	2.657	0.001	0.001
P > t 	0.032**	0.284	0.001***	0.001***
F(n, n-k)	3.34**		6.34***	
R²	0.058		0.062	
Taxa de Homicídios			Água Potável	
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)
Coefficiente	-0.216	-0.961	-0.774	-16.947
Erro Padrão	0.088	1.198	0.376	12.137
P > t 	0.018**	0.426	0.043**	0.167
F(n, n-k)	3.41**		3.55**	
R²	0.099		0.068	
Pessoas Pobres				
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)		
Coefficiente	-0.577	-0.879		
Erro Padrão	0.297	0.826		
P > t 	0.056*	0.290		
F(n, n-k)	3.03**			
R²	0.046			

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Todas as estatísticas foram calculadas com o erro padrão robusto.

A tabela 3.3 mostra fortes evidências de que o eleitor brasileiro filtra corretamente o componente “sorte” quando realiza a avaliação do governo em exercício. Exceto para a variável “PIB a preços constantes”, todas as estimações do modelo OLS não rejeitam a hipótese nula de que o coeficiente β é igual a zero, como pode ser observado nas estatísticas p-valor. Portanto, variações nacionais não repercutem sobre o voto para governador estadual.

Os efeitos da competência, por sua vez, mostram-se significativos para todas as regressões, indicando que o eleitor avalia relativamente seu estado em relação ao resto do país. Novamente, todos os coeficientes apresentam o sinal esperado, exceto os da variável “Água Potável”, os quais mostram uma relação negativa com a quantidade de votos recebidos pelo governador. Acrescenta-se ainda o fato da magnitude da variação nacional da variável “Água Potável” sobre os votos recebidos ser muito superior às demais magnitudes. É possível que tais anomalias se devam ao tempo que essa variável leva para apresentar mudanças significativas, já que se está trabalhando apenas com variações entre dois anos consecutivos. Como foi recentemente relatado, o Brasil sofre de um grave problema de infra-estrutura de saneamento básico, e seu ritmo de expansão tem-se mostrado aquém do que seria desejado. Se a taxa de crescimento de acesso a esgoto tratado se mantiver na velocidade do período entre 1992 e 2006, a universalização desse acesso somente se dará em 115 anos. A velocidade da expansão da rede de água se encontra em uma situação melhor, mas suficiente para também ser considerada “marcha lenta”.⁵

Por sua vez, a não-filtragem do “PIB a preços constantes”, em que o eleitor recompensa o governo em exercício tanto pelo desempenho relativo quanto pelo desempenho nacional, mostra que existem dificuldades em se atribuir o crescimento da economia à esfera política correta. Entretanto, tal resultado não é anômalo, dada a complexidade de fatores que interagem na condução do crescimento econômico.

A tabela 3.4 abaixo apresenta as estimações para as mesmas variáveis utilizando como variável dependente “Governador e/ou Partido reeleito”. As estimações foram realizadas por meio do modelo Probit, mantendo-se os dados na forma de *pooled cross section*. Como se pode observar, as estimações desse modelo apresentam diversas anomalias: em nenhuma das regressões o coeficiente α é significativo, indicando que o eleitor não avalia seu estado relativamente. Além disso, nas variáveis “Taxa de

⁵ “O ano do saneamento básico”. Conjuntura Econômica, Vol. 61, nº12, dezembro de 2007.

Homicídios” e “Pessoas Pobres” o coeficiente β é significativo, indicando, contrariamente ao que seria de se esperar, que para essas variáveis a avaliação do governo estadual se dá por meio dos indicadores nacionais. Por fim, as variáveis “Taxa de Desemprego” e “Pessoas Pobres” apresentam sinais contrários nos efeitos da sorte (coeficiente β) dos efeitos da competência (coeficiente α). A variável “Água Potável” continua apresentando sinais inversos dos que seriam esperados.

Tabela 3.4

Primeiro Teste de Racionalidade - (Variável Dependente = Governador e/ou Partido Reeleito) - Probit				
Taxa de Desemprego			PIB preços constantes	
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)
Coefficiente dF/dx	-3.162	4.164	0.015	0.014
Erro Padrão	4.769	9.513	0.009	0.009
P > t 	0.507	0.662	0.099*	0.107
$\chi^2(k)$	0.63		2.77	
Pseudo R²	0.004		0.015	
Taxa de Homicídios			Água Potável	
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)
Coefficiente dF/dx	-0.376	-13.187	-1.940	-5.132
Erro Padrão	0.353	4.878	1.824	52.741
P > t 	0.287	0.007***	0.287	0.9220
$\chi^2(k)$	7.52**		1.21	
Pseudo R²	0.072		0.009	
Pessoas Pobres				
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)		
Coefficiente dF/dx	-1.105	5.191		
Erro Padrão	1.493	2.673		
P > t 	0.459	0.052**		
$\chi^2(k)$	3.94			
Pseudo R²	0.026			

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Todas as estatísticas foram calculadas com o erro padrão robusto.

Contudo, exceto pela variável “Taxa de Homicídios”, todas as regressões são estatisticamente insignificantes pelo teste χ^2 , diferentemente das regressões do modelo OLS, todas significantes a 5%. Pode ser que as anomalias encontradas sejam causadas pela falta de poder estatístico decorrente do tamanho insuficiente da amostra para estimar o modelo Probit. Assim, as estimações do modelo OLS apresentam-se mais confiáveis e mais informativas.

Existe a possibilidade, entretanto, de que os resultados obtidos com o modelo OLS estejam sendo conduzidos por outros fatores. Por exemplo, pode haver um *link* entre os votos para governador e o desempenho nacional decorrente da relação entre o presidente e o governador. Se os eleitores são muito influenciados pelo presidente em exercício, as eleições governamentais podem refletir a relação do governador com o executivo nacional. Dessa forma, faz-se necessário o uso de um controle que capte esse efeito: a variável “Mesmo partido do presidente” é introduzida para este fim, assumindo valor 1 caso o governador seja do mesmo partido e zero caso não seja. Outra variável “Mesma coligação vencedora do candidato à presidência” também é adicionada para que os efeitos de um forte candidato à presidência sobre os governadores que ele apóia sejam captados. Por fim, são adicionadas variáveis interagindo o partido do presidente com variáveis de efeitos fixos para os anos eleitorais, de forma a controlar para eventuais mudanças de avaliação do presidente em exercício decorrentes do ano em questão.

Um segundo grupo de controle tenta captar os votos partidários por meio de variáveis dummies para os seis partidos que mais elegeram governadores: PSDB, PT, PMDB, PFL, PDT e PSB. A interação destes com a porcentagem da população analfabeta tenta captar um possível “voto de cabresto” nas eleições estaduais. O voto partidário é reconhecido na literatura com um voto mais sofisticado, normalmente associado aos eleitores com maior escolaridade. Portanto, votos partidários de pessoas analfabetas podem ser associados à influência de algum grupo político sobre a população mais pobre.

Um terceiro grupo de controle introduz duas variáveis que servem como *proxy* para um possível populismo do governador: “gastos estaduais com custeio” (pessoal e encargos), que capta um aumento dos gastos do governador com a contratação de funcionários públicos e aumento de salários; e “gastos estaduais com assistência”, que capta o aumento de gastos com programas de cunho assistencialistas. Ambas despesas são as formas disponíveis ao governador de influenciar mais diretamente a população local. Ademais, são adicionadas variáveis de concentração de renda (índice de Gini) e de

educação (taxa de analfabetos) que refletem a desigualdade do estado e a capacidade de avaliação (sofisticação) de seus eleitores.

Por fim, introduz-se uma variável dummy para captar os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre as eleições estaduais, já que esta restringiu a condução da política fiscal dos estados, afetando, de acordo com Avarte *et al.* (2007) as chances de reeleição dos governadores. As tabelas 3.5 a 3.9 apresentam a introdução destes controles para cada variável testada no modelo OLS. As tabelas começam pelas estimações da especificação básica (equação 2) e a cada linha são adicionados os controles reportados. A adição dos controles é cumulativa, ou seja, na última linha encontra-se a regressão com todas as variáveis de controle.

Como depreende-se da análise das tabelas abaixo, a introdução dessas variáveis não altera significativamente os resultados encontrados, exceto para a variável “Pessoas Pobres”. A partir da introdução da “Taxa de Analfabetos” o coeficiente α , que mede os retornos por competência, perde significância para essa variável. Os retornos por sorte mostram-se significantes a 10% para a variável “Taxa de Desemprego” com a adição dos controles que estabelecem um *link* entre o executivo estadual e o executivo federal. Isso indica, provavelmente, que os governadores se beneficiam de uma redução do desemprego nacional quando são apoiados pelo presidente da república. Contudo, esse efeito não se mantém com a adição dos outros grupos de controle, o que permite concluir que o eleitor não recompensa o governador por uma diminuição do desemprego nacional.

A despeito da introdução dos controles, ambos os coeficientes da variável “PIB a preços constantes” mantêm-se fortemente significativos, indicando que o eleitor não consegue filtrar os efeitos da sorte dos efeitos da competência para essa variável.

Assim, pode-se concluir que o voto retrospectivo é um componente relevante na escolha do governo estadual no Brasil. Ademais, as evidências encontradas com o modelo OLS para as variáveis “Taxa de Desemprego”, “Taxa de Homicídios” e “Água Potável” mostram que o eleitor brasileiro se comporta de acordo com o modelo principal-agente, sendo capaz de avaliar o desempenho relativo de seu estado em relação ao país, além de perfazer a filtragem simples. Parafraseando Wolfers, consistentemente com o modelo racional, os eleitores parecem não ser enganados por melhoras socioeconômicas que se devem ao ciclo nacional.

Tabela 3.5

Primeiro Teste de Racionalidade - Adição de Controles - OLS		
Taxa de Desemprego		
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)
Especificação Básica	-2.419 0.032**	-2.868 0.284
(+ Mesmo partido do presidente)	-2.415 0.033**	-2.819 0.292
(+ Mesma coligação vencedora do candidato à presidência)	-2.358 0.032**	-4.632 0.097*
(+ \sum partidos)	-2.935 0.004***	-4.868 0.071*
(+ \sum partido do presidente * Ano)	-2.939 0.005***	-5.999 0.082*
(+ Taxa de analfabetos estadual)	-2.906 0.006***	-6.047 0.08*
(+ \sum partido * taxa de analfabetos estadual)	-3.302 0.003***	-5.713 0.125
(+ Despesas de Custeio + Despesa de Assistência)	-3.068 0.007***	-5.669 0.119
(+ Índice de Gini estadual)	-3.072 0.006***	-5.320 0.158
(+ Dummy de Lei de Responsabilidade Fiscal)	-3.028 0.009***	-4.332 0.433

A primeira linha de cada variável refere-se ao coeficiente, enquanto a segunda refere-se ao p-valor utilizando o erro padrão robusto.

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Tabela 3.6

Primeiro Teste de Racionalidade - Adição de Controles - OLS		
PIB preços constantes		
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)
Especificação Básica	0.004 0.001***	0.003 0.001***
(+ Mesmo partido do presidente)	0.004 0.000***	0.004 0.001***
(+ Mesma coligação vencedora do candidato à presidência)	0.004 0.001***	0.004 0.002***
(+ \sum partidos)	0.005 0.000***	0.004 0.000***
(+ \sum partido do presidente *Ano)	0.004 0.000***	0.004 0.002***
(+ Taxa de analfabetos estadual)	0.005 0.000***	0.004 0.001***
(+ \sum partido * taxa de analfabetos estadual)	0.005 0.000***	0.004 0.001***
(+ Despesas de Custeio +Despesa de Assistência)	0.005 0.000***	0.005 0.001***
(+Índice de Gini estadual)	0.006 0.000***	0.005 0.001***
(+Dummy de Lei de Responsabilidade Fiscal)	0.005 0.000***	0.003 0.029**

A primeira linha de cada variável refere-se ao coeficiente, enquanto a segunda refere-se ao p-valor utilizando o erro padrão robusto.

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Tabela 3.7

Primeiro Teste de Racionalidade - Adição de Controles - OLS		
Taxa de Homicídios		
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)
Especificação Básica	-0.216 0.018**	-0.961 0.426
(+ Mesmo partido do presidente)	-0.215 0.027**	-0.996 0.504
(+ Mesma coligação vencedora do candidato à presidência)	-0.197 0.037**	-1.241 0.391
(+ \sum partidos)	-0.206 0.034**	-0.960 0.560
(+ \sum partido do presidente * Ano)	-0.241 0.011**	-1.191 0.449
(+ Taxa de analfabetos estadual)	-0.205 0.050**	-1.861 0.300
(+ \sum partido * taxa de analfabetos estadual)	-0.163 0.135	-2.878 0.147
(+ Despesas de Custeio + Despesa de Assistência)	-0.190 0.073*	-2.919 0.124
(+ Índice de Gini estadual)	-0.185 0.066*	-3.242 0.075*
(+ Dummy de Lei de Responsabilidade Fiscal)	-0.195 0.058*	-2.868 0.135

A primeira linha de cada variável refere-se ao coeficiente, enquanto a segunda refere-se ao p-valor utilizando o erro padrão robusto.

***, **, * denotam significancia estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Tabela 3.8

Primeiro Teste de Racionalidade - Adição de Controles - OLS		
Água Potável		
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)
Especificação Básica	-0.774 0.043**	-16.947 0.167
(+ Mesmo partido do presidente)	-0.772 0.046**	-16.791 0.172
(+ Mesma coligação vencedora do candidato à presidência)	-0.780 0.049**	-15.002 0.236
(+ \sum partidos)	-0.802 0.078*	-14.741 0.266
(+ \sum partido do presidente *Ano)	-0.761 0.114	-15.951 0.304
(+ Taxa de analfabetos estadual)	-0.808 0.087*	-14.442 0.366
(+ \sum partido * taxa de analfabetos estadual)	-0.822 0.120	-16.708 0.334
(+ Despesas de Custeio +Despesa de Assistência)	-0.922 0.078*	-14.264 0.410
(+Índice de Gini estadual)	-0.910 0.078*	-13.543 0.460
(+Dummy de Lei de Responsabilidade Fiscal)	-0.945 0.067*	-23.239 0.240

A primeira linha de cada variável refere-se ao coeficiente, enquanto a segunda refere-se ao p-valor utilizando o erro padrão robusto.

***, **, * denotam significancia estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Tabela 3.9

Primeiro Teste de Racionalidade - Adição de Controles - OLS		
Pessoas Pobres		
	α = Efeitos da competência (Δ Estado - Δ Nacional)	β = Efeitos da sorte (Δ Nacional)
Especificação Básica	-0.577 0.056*	-0.879 0.290
(+ Mesmo partido do presidente)	-0.600 0.052*	-0.823 0.323
(+ Mesma coligação vencedora do candidato à presidência)	-0.604 0.043**	-0.803 0.331
(+ \sum partidos)	-0.716 0.061*	-0.659 0.444
(+ \sum partido do presidente *Ano)	-0.723 0.066*	-0.655 0.527
(+ Taxa de analfabetos estadual)	-0.721 0.07*	-0.641 0.556
(+ \sum partido * taxa de analfabetos estadual)	-0.568 0.202	-0.801 0.467
(+ Despesas de Custeio +Despesa de Assistência)	-0.543 0.227	-0.793 0.465
(+Índice de Gini estadual)	-0.531 0.228	-0.702 0.531
(+Dummy de Lei de Responsabilidade Fiscal)	-0.576 0.178	-0.803 0.473

A primeira linha de cada variável refere-se ao coeficiente, enquanto a segunda refere-se ao p-valor utilizando o erro padrão robusto.

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

3.3.3 Segundo Teste: variáveis instrumentais

O teste anterior verifica, segundo Wolfers, apenas uma capacidade simples (*Rule of thumb signal extraction*) de filtrar choques exógenos na avaliação da competência do governador. Seria preciso, portanto, verificar se o eleitor possui uma capacidade de filtragem mais sofisticada, em que outros choques exógenos mais sutis sejam diferenciados da competência nessa avaliação.

É possível testar essa filtragem sofisticada (*Sophisticated signal extraction*) por meio do método de variáveis instrumentais, já discutido no capítulo anterior. Escolheu-se, para tanto, as variáveis “Taxa de Homicídios” e “Taxa de Desemprego”, por apresentarem os resultados mais significativos no primeiro teste. Por sua vez, foram utilizados três instrumentos nas estimações da regressão de primeiro estágio (equação 3) para a variável “Taxa de Desemprego”: a cotação internacional do preço do petróleo, o índice de preços das commodities (exceto petróleo) calculado pelo IPEA e a taxa de desemprego nacional.

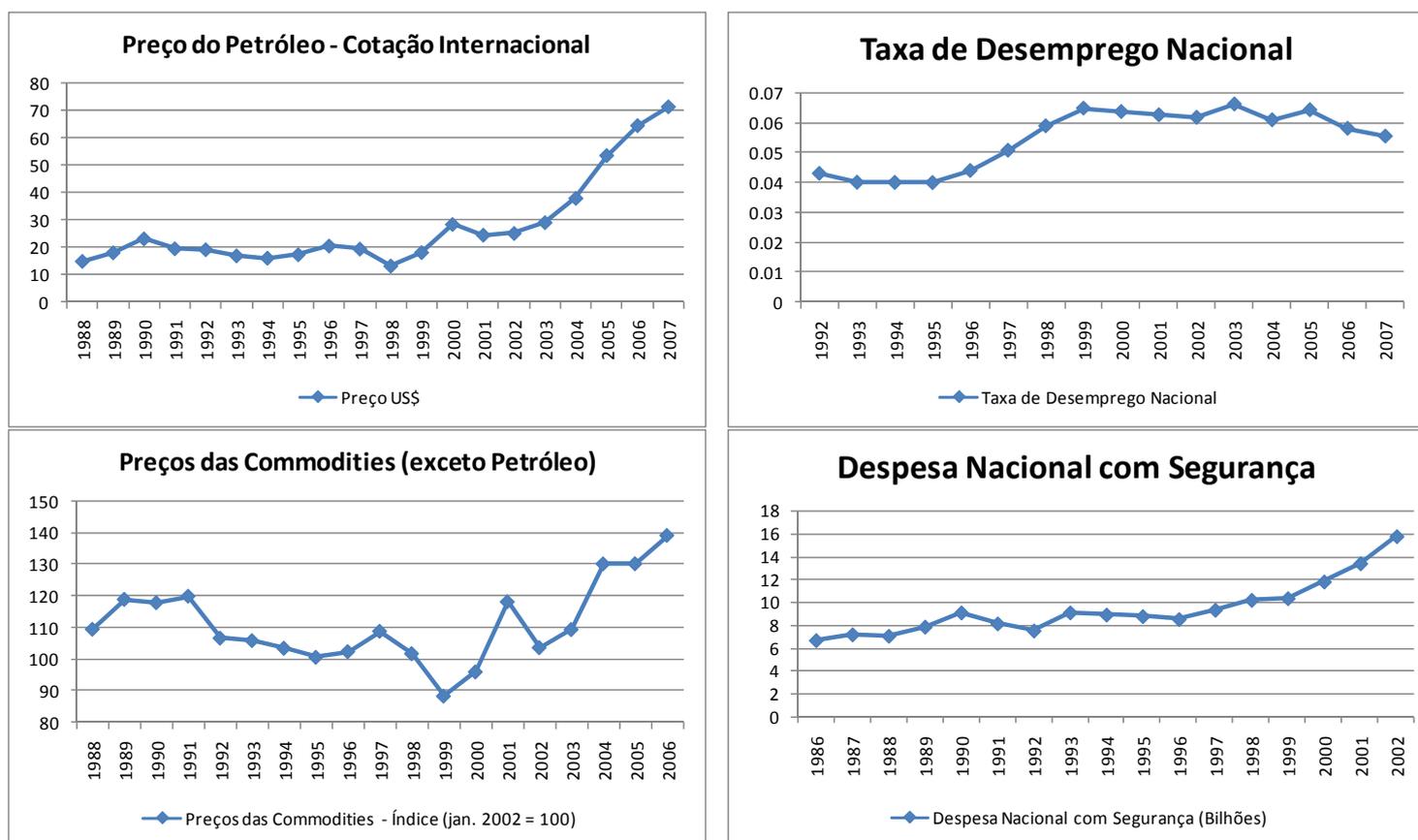
O uso da cotação internacional do preço do petróleo, assim como Wolfers utiliza, tenta verificar se os eleitores brasileiros conseguem filtrar melhoras econômicas em seus estados devido a choques nesse insumo, ou se recompensam erroneamente os governadores. O grande crescimento em anos recentes do preço do petróleo (ver gráfico 3.1) pode ter afetado a economia de determinados estados que recebem royalties da Petrobrás. São eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe (ANP, 2006). Porém, o impacto do aumento desse preço em cada estado não é o mesmo: o recebimento de royalties por São Paulo, por exemplo, passou de 2 milhões em 1999 para pouco mais de 4 milhões de reais em 2006, enquanto no Rio de Janeiro esse royalties passaram de 190 milhões para 1,65 bilhão de reais no mesmo período.

O índice de preço das commodities (exceto petróleo) também teve significativo aumento em anos recentes. Seus efeitos sobre os estados exportadores de commodities, tais como Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, teve um significativo impacto sobre a economia desses estados. Como os preços dessas commodities não dependem de políticas estaduais e sim de fatores exógenos, como a demanda internacional, esse índice torna-se um bom instrumento para se estimar a sorte e a competência dos governadores. Compõem esse índice commodities agrícolas, minerais e algumas matérias primas como carvão, lã, couros e madeiras serradas.

O terceiro instrumento utilizado na regressão de primeiro estágio da variável “Taxa de Desemprego” é a taxa de desemprego nacional. As estimações com esse instrumento permitem captar as sensibilidades dos estados a choques econômicos agregados e verificar se, em um estado pró-cíclico, que tenha um bom desempenho econômico devido ao crescimento da economia nacional, os eleitores recompensam o governo em exercício a despeito dele não ter tido influência nesse resultado. Ou, ao contrário, verificar se em um estado anticíclico, que teve um desempenho relativamente ruim ao resto da economia, os eleitores punem o governo em exercício a despeito dele não ter sido responsável.

Por fim, para a variável “Taxa de Homicídios” utilizou-se como instrumento o montante de gastos definidos nas contas públicas como “despesas com segurança nacional e defesa pública”, que engloba os gastos com policiamento, defesa civil, informação e inteligência, além da rubrica demais subfunções. Essas despesas influenciam a taxa de homicídios estadual na medida em que os gastos com segurança pública nacionais repercutem no combate ao tráfico de drogas e armas, no combate ao crime organizado, etc. É de se esperar, portanto, que a diminuição dos homicídios decorrentes do aumento desses gastos não seja atribuída aos governos estaduais.

Gráfico 3.1 - Instrumentos



A regressão de primeiro estágio é estimada da mesma forma que em Wolfers (2002): às dummies de efeitos fixos para cada estado são acrescentadas as interações destas dummies com o instrumento. De posse dos resultados destas regressões, testa-se, no segundo estágio, se o eleitor consegue distinguir o desempenho estadual que se deve ao choque exógeno do desempenho que, supostamente, se deve ao governo estadual (calculado por meio do resíduo da regressão de primeiro estágio). Ademais, é acrescido o desempenho nacional da variável em questão, de forma a verificar se o eleitor continua perfazendo a filtragem simples. As tabelas 3.10 a 3.13 apresentam os resultados para ambos os estágios. Deve-se ter em mente que o modelo de racionalidade implica que os coeficientes λ e δ devem ser estatisticamente insignificantes, ou seja, a hipótese nula não deve ser rejeitada. Já α , caso represente realmente uma boa estimação da competência dos governadores, deve ser significativo.

Tabela 3.10

Segundo Teste de Racionalidade - Variáveis Instrumentais			
Taxa de Desemprego - Instrumento: Taxa de Crescimento do Índice de Preços das Commodities (exceto Petróleo) t-1			
Regressão em Primeiro Estágio			
$U_{s,t}^{Estado - Nacional} = \sum_{S \in Estados} \mu_s + \beta_s (Estado_s * \Delta \text{Índice de Preço Commodities}_{t-1}) + \xi_{s,t}$			
Amplitude dos coeficientes da variável interada: de -0.0495 até 0.0749			
Estados cujos efeitos foram mais positivos: AP, ES, MT, TO, PI, SP			
Estados cujos efeitos foram mais negativos: RN, PB, AL, MA, RR, RO			
R² = 0.0545		n = 405 (1993 a 2007)	
Regressão em Segundo Estágio			
$\Delta \text{ dos votos recebidos }_{s,t} = \lambda U_t^{Nacional} + \delta \hat{U}_{s,t}^{Estado - Nacional} + \alpha U_{s,t}^{Inexplicável} + \varepsilon_{s,t}$			
	Coefficiente	Erro Padrão Robusto	P > t
Filtragem Simples (λ)	-2.874	2.671 [2.614]	0.285 [0.272]
Filtragem Sofisticada (δ)	-3.587	4.171 [4.964]	0.392 [0.470]
Retornos da Competência (α)	1.330	4.543 [4.925]	0.771 [0.787]
	R² = 0.058	F(3, 76) = 2.23*	n = 80

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Os números entre colchetes [.] representam as estatísticas calculadas pelo método bootstrap

A tabela 3.10 acima apresenta os resultados das estimações utilizando o instrumento índice de preços das commodities. Pela regressão de primeiro estágio pode-se verificar que o aumento desses preços teve repercussões positivas nas economias de estados produtores de commodities, diminuindo a taxa de desemprego em São Paulo, Mato Grosso e Tocantins, enquanto estados como Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas foram prejudicados. Já a regressão de segundo estágio apresenta evidências de que o eleitor brasileiro se comporta como prediz o modelo de racionalidade. O coeficiente λ indica que ele perfaz a filtragem simples, não sendo enganado por ciclos nacionais favoráveis aos governadores em exercício. Por sua vez, na segunda linha o coeficiente δ também mostra-se estatisticamente insignificante, apontando que o eleitor passa no teste de uma filtragem mais sofisticada. Contudo, os retornos da competência também mostram-se estatisticamente insignificantes, indicando que o resíduo utilizado para estimá-la não é uma boa *proxy*. Ademais, a regressão é relativamente fraca, como pode-se atestar pelo teste F. É possível, portanto, que os resultados encontrados devam-se ao instrumento ser fraco: quanto mais fraco é o instrumento utilizado na primeira regressão, de acordo com Wolfers (2002), mais viesada será a estimativa de α na regressão de segundo estágio.

Essa desconfiança com os resultados acima é corroborada pelas demais regressões. A tabela 3.11 apresenta os resultados para as estimações instrumentadas pelo preço do petróleo. Estados como Sergipe, Rio de Janeiro e Ceará são os mais afetados positivamente por um aumento nos preços dessa commodity, como seria de se esperar, dados os royalties pagos pela Petrobrás aos municípios destes estados. Já a regressão de segundo estágio evidencia que o eleitor comete erros sistemáticos de avaliação. Apesar de perfazer a filtragem simples, resultado encontrado no teste da subseção anterior, ele não consegue distinguir choques exógenos mais sutis, recompensando (punindo), nas urnas, o governo em exercício pela diminuição (aumento) da taxa de desemprego que se deve a um choque no preço do petróleo. A robustez do teste F para essa regressão favorece mais esse resultado do que o encontrado anteriormente. Ademais, assim como em Wolfers, são reportadas entre colchetes as estimações utilizando o método *bootstrap*, como forma de verificar se as estatísticas heterocedasticamente consistentes (erros padrão robustos) não são viesadas pela inclusão na mesma regressão do valor predito $\hat{U}_{s,t}^{Estado - Nacional}$ e do seu resíduo $\xi_{s,t}$. Como pode-se verificar, ambos os valores são notavelmente próximos, mostrando que as estimações são estatisticamente robustas.

Tabela 3.11

Segundo Teste de Racionalidade - Variáveis Instrumentais			
Taxa de Desemprego - Instrumento: Logaritmo do Preço do Petróleo t-1			
Regressão em Primeiro Estágio			
$U_{s,t}^{Estado-Nacional} = \sum_{S \in Estados} \mu_s + \beta_s (Estado_s * \Delta P_{t-1}^{Petróleo}) + \zeta_{s,t}$			
Amplitude dos coeficientes da variável interada: de -0.1178 até 0.06008			
Estados cujos efeitos foram mais positivos: PI, MA, SE, MS, RJ, CE			
Estados cujos efeitos foram mais negativos: SC, AC, RR, DF, AM, AP			
R² = 0.0721		n = 405 (1993 a 2007)	
Regressão em Segundo Estágio			
$\Delta \text{ dos votos recebidos }_{s,t} = \lambda U_t^{Nacional} + \delta \hat{U}_{s,t}^{Estado-Nacional} + \alpha U_{s,t}^{Inexplicável} + \varepsilon_{s,t}$			
	Coeficiente	Erro Padrão Robusto	P > t
Filtragem Simples (λ)	-2.670	2.642 [2.203]	0.316 [0.226]
Filtragem Sofisticada (δ)	-6.653	3.187 [3.132]	0.040** [0.034]**
Retornos da Competência (α)	4.684	3.379 [3.424]	0.170 [0.171]
	R² = 0.068	F(3, 76) = 2.95**	n = 80

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Os números entre colchetes [.] representam as estatísticas calculadas pelo método bootstrap

Os retornos da competência, entretanto, permanecem sem poder explicativo, o que pode ser causado, como já discutido, pelo fraco instrumento. De fato, esta explicação parece ser plausível quando se compara os resultados anteriores do coeficiente α com as estimações que utilizam o ciclo nacional como instrumento. A tabela 3.12 abaixo mostra que, quando o instrumento é mais forte, a variação residual da regressão de primeiro estágio apresenta-se como uma boa estimativa dos retornos por competência na avaliação que o eleitor faz do governo estadual. O sinal positivo indica que há uma relação direta entre competência e quantidade de votos recebidos: o eleitor recompensa positivamente o governador por sua competência e esforço. Na regressão de primeiro estágio, um maior

esforço e competência do governador possuem uma relação inversa com a variável dependente “Taxa de Desemprego”, já que a diminui. Mas na regressão de segundo estágio, o eleitor racional deve recompensar positivamente o governo pela maior competência.

Tabela 3.12

Segundo Teste de Racionalidade - Variáveis Instrumentais			
Taxa de Desemprego - Instrumento: Sensibilidade ao Ciclo Nacional			
Regressão em Primeiro Estágio			
$U_{s,t}^{Estado - Nacional} = \sum_{S \in Estados} \mu_s + \beta_s (Estado_s * U_t^{Nacional}) + \zeta_{s,t}$			
Amplitude dos coeficientes da variável interada: de -1.8925 até 1.51801			
Estados mais pró-cíclicos: AM, RR, RN, SP, RO, AC			
Estados mais anti-cíclicos: SE, TO, CE, BA, MA, AP			
R² = 0.0576		n = 405 (1993 a 2007)	
Regressão em Segundo Estágio			
$\Delta \text{ dos votos recebidos }_{s,t} = \lambda U_t^{Nacional} + \delta \hat{U}_{s,t}^{Estado - Nacional} + \alpha U_{s,t}^{Inexplicável} + \varepsilon_{s,t}$			
	Coeficiente	Erro Padrão Robusto	P > t
Filtragem Simples (λ)	-3.431	2.555 [2.522]	0.183 [0.174]
Filtragem Sofisticada (δ)	-8.886	3.785 [3.816]	0.021** [0.020]**
Retornos da Competência (α)	6.908	3.791 [4.449]	0.072* [0.121]
	R² = 0.097	F(3, 76) = 2.74**	n = 80

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Os números entre colchetes [.] representam as estatísticas calculadas pelo método bootstrap

Os resultados também mostram que, apesar do eleitor brasileiro conseguir perfazer a filtragem simples, comparando o desempenho econômico de seus estados com o restante do país, ele é sistematicamente enganado por choques exógenos mais sutis. Uma expansão da economia nacional favorece os governadores dos estados pró-cíclicos, enquanto os governadores de estados anticíclicos têm uma probabilidade maior de perderem a disputa para a reeleição.

Por fim, a tabela 3.13 apresenta os resultados para as estimações da variável “Taxa de Homicídios” instrumentada pela “Despesa com Segurança Nacional”. Observa-se que os estados mais beneficiados com o aumento dos gastos nacionais com segurança são Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, enquanto os menos favorecidos são Alagoas, Pará e Acre, possivelmente por serem estados cujos assassinatos cometidos têm uma relação menor com crimes relacionados com o restante do país. Por exemplo, o estado do Rio de Janeiro é muito beneficiado com o aumento das despesas nacionais com segurança possivelmente porque os homicídios cometidos têm maior relação com o crime organizado, o tráfico de armas e de drogas, etc.

Tabela 3.13

Segundo Teste de Racionalidade - Variáveis Instrumentais			
Taxa de Homicídio - Instrumento: Despesa Nacional com Segurança			
Regressão em Primeiro Estágio			
$H_{s,t}^{Estado - Nacional} = \sum_{S \in Estados} \mu_s + \beta_s (Estado_s * Despesa Nacional com Segurança) + \zeta_{s,t}$			
Amplitude dos coeficientes da variável interada: de -0.0000197 até 0.000279			
Estados cuja taxa de homicídios mais decaiu: SP, RR, RJ, DF, MT, AP			
Estados cuja taxa de homicídios mais aumentou: AL, PA, PB, PI, BA, AC			
R² = 0.0754		n = 429 (1986 a 2002)	
Regressão em Segundo Estágio			
$\Delta \text{ dos votos recebidos }_{s,t} = \lambda H_t^{Nacional} + \delta \hat{H}_{s,t}^{Estado - Nacional} + \alpha H_{s,t}^{Inexplicável} + \varepsilon_{s,t}$			
	Coefficiente	Erro Padrão Robusto	P > t
Filtragem Simples (λ)	-1.367	1.183 [1.258]	0.253 [0.277]
Filtragem Sofisticada (δ)	-0.702	0.208 [0.192]	0.001*** [0.000]***
Retornos da Competência (α)	0.502	0.193 [0.173]	0.012** [0.004]***
	R² = 0.159	F(3, 52) = 4.31***	n = 56

***, **, * denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Os números entre colchetes [.] representam as estatísticas calculadas pelo método bootstrap

Mais uma vez verifica-se que o eleitor brasileiro consegue realizar a filtragem simples, não recompensando o governo estadual pelo ciclo nacional, mas falha na filtragem sofisticada. De acordo com a significância e o sinal do coeficiente δ , um aumento na taxa de homicídios que se deva a diminuição das despesas nacionais com segurança leva à diminuição dos votos recebidos pelo governo em exercício, apesar dele não ter controle sobre esses gastos. Portanto, os eleitores brasileiros cometem erros sistemáticos de avaliação em relação à violência estadual, resultado este corroborado pela forte robustez da regressão, como se pode atentar pelo teste F e pelas estatísticas calculadas pelo método *bootstrap*.

Verifica-se, além disso, que o resíduo utilizado como *proxy* para a estimação dos retornos por competência mostra-se bastante significativo e com o sinal esperado, o que indica que os resultados das primeiras regressões deveram-se aos fracos instrumentos utilizados. Cabe ainda salientar que a comparação entre os coeficientes da Filtragem Sofisticada e dos Retornos da Competência não é particularmente informativo, já que a estimação pelo erro tende a atenuar esses retornos.

Resumindo, as evidências acumuladas acima sugerem que os eleitores brasileiros conseguem realizar uma filtragem mais simples quando avaliam o governo estadual, mas não conseguem perfazer uma filtragem mais sofisticada. Destarte, é possível que eles cometam erros sistemáticos de avaliação, reelegendo governos que tenham sorte ao invés de serem competentes. Contudo, devido a fatores discutidos no capítulo anterior, a evidência deste comportamento não implica que o eleitor seja irracional. Não é possível concluir fidedignamente comportamentos individuais por meio de dados agregados, nem tampouco estabelecer que o voto retrospectivo é o único padrão de comportamento racional. Uma falha nesse tipo de voto não é, portanto, garantia de irracionalidade, podendo-se classificá-la como uma falta de sofisticação do eleitor.

Conclusão

Milton Friedman, em um de seus artigos mais controversos, argumentava que uma teoria deveria ser avaliada pela sua capacidade de predição, não pela realidade de suas hipóteses.⁶ Desde então, uma longa tradição da economia tem modelado o comportamento dos agentes políticos assumindo hipóteses de racionalidade e informação completa que, como se sabe, são apenas formas de simplificação da realidade. Mas até que ponto essa simplificação não envolve justamente assumir uma hipótese contrária à realidade? Essa pergunta torna-se ainda mais relevante quando se verifica que o paradigma do agente racional se mostrou um dos intercâmbios científicos mais fecundos entre a ciência política e a economia.

Como pôde ser visto no primeiro capítulo, algumas hipóteses a respeito do eleitor estão no cerne do debate entre democracia e mercado. Verificou-se que existe uma controvérsia a respeito do grau de informação que o eleitor comum possui. Alguns estudos, como Silva e Silva Costa (2006), apresentam evidências que o eleitor é racionalmente desinformado como sugere o modelo downsiano. Blinder e Krueger (2004) mostram ainda que a ideologia tem papel muito mais relevante na formação da opinião do eleitor do que o conhecimento sobre a economia. Essas evidências são consistentes com a idéia presente na literatura da ciência política: quando é custoso se informar, as pessoas normalmente utilizam atalhos cognitivos para tomar decisões.

Outros estudos, entretanto, argumentam ser o eleitor suficientemente informado para se comportar de acordo com o modelo racional. Por exemplo, Peltzman (1990) argumenta que o mercado político agrega eficientemente a informação, sendo que seus agentes conseguem avaliar coerentemente a economia. Ademais, como explicam Fehr e Tyran (2005), diversas teorias enfatizam que a agregação dos votos dos eleitores corrigiria quaisquer erros de avaliação, e a decisão final seria a mesma que um eleitor bem informado tomaria.

Contudo, críticas mais profundas têm sido apresentadas por autores como Caplan (2007). Esse autor critica não apenas a hipótese de agentes bem informados, mas o próprio modelo de racionalidade do eleitor. O diagnóstico de erros sistemáticos de avaliação em diversas matérias de política econômica seria evidência suficiente de que os

⁶ Friedman, Milton (1953). "The Methodology of Positive Economics". In: *Essays in Positive Economics*, Chicago: University of Chicago Press, pp. 3-43

eleitores não se comportam como assumem os modelos econômicos de comportamento racional. A disparidade entre o comportamento do indivíduo quando consumidor e quando eleitor deve-se, segundo Caplan, à disparidade dos custos associados à irracionalidade nas esferas pública e privada. Como os custos de erros de avaliação na esfera política são infinitamente menores do que os custos de erros cometidos na esfera privada, não existem grandes restrições com as quais o eleitor se defronta para ter que rever eventuais concepções erradas sobre políticas públicas. Problemas do sistema democrático, tais como manutenção de políticas socialmente prejudiciais, que normalmente são associados ao lado da oferta (políticos, grupos de interesse, burocracia, mídia) são, ao contrário, devidos à própria demanda.

Tendo em vista tais críticas, procurou-se analisar empiricamente a capacidade de processar informações do eleitor. Para tanto, procurou-se adaptar para o Brasil o teste realizado por Wolfers (2002) baseado no modelo principal-agente: se os eleitores (principais) são racionais, no sentido de não cometerem erros sistemáticos de avaliação, eles não deveriam recompensar eleitoralmente os governadores (agentes) por resultados econômicos que não se devam a sua competência e esforço. Contudo, algumas ressalvas foram feitas ao teste em si. Ele incorre no erro da chamada falácia ecológica, em que infere-se de variáveis agregadas suposições sobre o comportamento individual. Ademais, equaciona-se racionalidade ao voto retrospectivo, o que não considera todas as outras formas possíveis de votos. Portanto, preferiu-se considerar o teste como um teste sobre a sofisticação do eleitor, o que não diminui a importância da pesquisa.

Os resultados encontrados mostram que o eleitor possui uma capacidade simples de filtrar a sorte da competência do governador. Desempenhos de algumas variáveis socioeconômicas que se devem ao ciclo nacional são devidamente filtradas pelos eleitores brasileiros. Além disso, eles avaliam relativamente seus Estados em relação aos demais como forma de atestar a competência do governo em exercício. Contudo, quando se testa uma capacidade mais sofisticada dessa filtragem, os resultados mostram que o eleitor engana-se sistematicamente na avaliação dos governos estaduais. Choques exógenos mais sutis não são devidamente filtrados e o eleitor acaba recompensando eleitoralmente a sorte de tais políticos, apesar de também recompensá-los pela competência.

Quais as implicações destes resultados para o debate inicial sobre a democracia *versus* o mercado? A falta de sofisticação dos eleitores na capacidade de avaliar os políticos pode ser nefasta para a democracia? Como argumenta Wittman (1995), se não houver alternativa melhor de controle, e possivelmente não há dados os altos custos de

monitoração de formas alternativas, provavelmente o problema do principal-agente não é mais grave na democracia do que no mercado. Inicialmente essa resposta pode ser corroborada pelos resultados encontrados por Bertrand & Mullainathan (2001), que verificam que os CEOs das empresas (agentes) também são recompensados pela sorte pelo conselho diretor (principais). De fato, os pagamentos por sorte dos CEOs são tão grandes quanto os pagamentos por competência. Entretanto, argumentam os autores, os pagamentos por sorte são mais fortes nas firmas mais fracamente administradas. Tais firmas, possivelmente, são as mais passíveis de enfrentar problemas de falência, processo pelo qual o governo não está suscetível. Dessa forma, portanto, o problema do principal-agente cria um potencial de oportunismo e, conseqüentemente, uma ineficiência maior na democracia do que no mercado.

Se esses resultados estão corretos, qual a solução para diminuir as ineficiências causadas pela democracia? “A solução para todos os problemas da democracia é mais democracia” não parece uma resposta satisfatória. Nem tampouco “não há alternativa melhor dados os altos custos de controle público e privado”. De fato, ambos os argumentos recaem no que Caplan (2007) denomina fundamentalismo democrático: o pensamento que só há uma escolha binária a respeito das decisões políticas: ou se é a favor do sistema democrático, ou se é a favor de regimes ditatoriais. Entretanto, esse tipo de pensamento não considera que o governo varia tanto no seu tamanho quanto na sua forma. Assim como os mercados, a democracia pode ser limitada, regulada ou conduzida, e decisões sobre diversas matérias que hoje se encontram sobre a tutela do governo podem ser delegadas à mão invisível do mercado.

Essa proposta, por sua vez, sofre a pecha de ser qualificada como um fundamentalismo mercadológico: o pensamento que tudo deve se reverter ao mecanismo de livre mercado, pensamento este normalmente associado aos economistas ortodoxos. Entretanto, como argumenta Caplan, esse fundamentalismo atribuído aos economistas não corresponde à realidade. Não há economista que endosse uma frase do tipo “a solução para todos os problemas do mercado é mais mercado”. E, ademais, quase todas as críticas sobre as falhas de mercado, tais como monopólio, bens públicos, externalidades, informação assimétrica, etc. partiram da própria agenda de pesquisas dos economistas. Se o mecanismo de mercado se mostra mais eficiente do que o mecanismo de voto e delegação, classificar uma proposta de “mais mercado, menos democracia” como fundamentalismo mercadológico é uma argumentação falaciosa.

É preciso, entretanto, que antes de afirmações mais veementes a respeito do debate “democracia *versus* mercado” sejam obtidas mais evidências empíricas a respeito do comportamento eleitoral. Estudos futuros deveriam contemplar pesquisas ao nível individual para verificar se o eleitor brasileiro realmente comete erros sistemáticos na avaliação dos políticos. Além disso, também é preciso considerar quais são os demais motivos que levam um eleitor a selecionar um determinado candidato além da avaliação retrospectiva. Como Besley (2005) explica, desde os *Federalist Papers* de 1788, James Madison já argumentava que a seleção política deveria ser uma das preocupações fundamentais da Constituição para o bom funcionamento da democracia. A capacidade do eleitor aqui testada mostra-se parte fundamental deste processo de seleção.

Bibliografia

- Alesina, Alberto, Nouriel Roubini, and Gerald D. Cohen (1997). *Political Cycles and the Macroeconomy*, Cambridge: MIT Press.
- Alston, Richard M., J. R. Kearl, Michael B. Vaughan (1992). "Is There a Consensus Among Economists in the 1990's?". *American Economic Review*, Vol. 82, No. 2, pp. 203-209.
- Avarte, Paulo Roberto, George Avelino & José A. Tavares (2007). "Budget Deficits and Reelection Prospects: Voters as Fiscal Conservatives in a New Democracy". *Mimeo*.
- Bartels, Larry M. (1996). "Uninformed Votes: Information Effects in Presidential Elections". *American Political Science Review*, Vol. 40, No. 1, pp. 194-230.
- Becker, Gary (1983). "A Theory of Competition among Pressure Groups for Political Influence". *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 98, No. 3, pp. 371-400.
- Bertrand, Marianne & Mullainathan Sendhil (2001). "Are CEOs Rewarded for Luck? The Ones without Principals Are". *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 116, No. 3, pp. 901-932.
- Besley, Timothy (2005). "Political Selection". *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 19, No. 3, pp. 43-60.
- Blinder, Alan & Alan B. Krueger (2004). "What Does the Public Know about Economic Policy, and How Does It Know It?". *National Bureau of Economic Research Working Paper Series*, No. 10787.
- Borba, Julian (2005). "Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro". *Opinião Pública*, Vol. 11, No. 1, pp. 147-168.
- Caplan, Bryan (2001a). "What Makes People Think Like Economists? Evidence on Economic Cognition from the Survey of Americans and Economists on the Economy". *Journal of Law and Economics*, Vol. 44, No. 2, pp. 395-426.
- Caplan, Bryan (2001b). "Rational Ignorance versus Rational Irrationality". *Kyklos*, Vol. 54, No.1, pp. 3-26.
- Caplan, Bryan (2001c). "Rational Irrationality and the Microfoundations of Political Failure". *Public Choice*, Vol. 107, No. 3-4, pp. 311-331.
- Caplan, Bryan (2005a). "From Friedman to Wittman: The Transformation of Chicago Political Economy". *Econ Journal Watch*, Vol. 2, No. 1, pp. 1-21.

- Caplan, Bryan (2005b). “Rejoinder to Wittman: True Myths”. *Econ Journal Watch*, Vol. 2, No. 2, pp. 165-185.
- Caplan, Bryan (2007). *The Myth of the Rational Voter*, Princeton: Princeton University Press.
- Carreirão, Yan de Souza & Maria D’Alva G. Kinzo (2002). “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 47, No. 1, pp. 131-168.
- Castro, Mônica Mata Machado (1997). “O comportamento Eleitoral no Brasil: Diagnóstico e Interpretações”. *Teoria & Sociedade*, No. 1, pp. 126-168.
- Dillon Soares, Gláucio Ary (2000). “Em Busca da Racionalidade Perdida: Alguns Determinantes do Voto no Distrito Federal”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, No. 43, pp. 5-23.
- Downs, Antony (1957). *An Economic Theory of Democracy*, Nova York: Harper and Row. [Downs, Antony (1999). *Uma Teoria Econômica da Democracia*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, tradução de Sandra Guardini Vasconcelos]
- Duch, Raymond M. & Randy Stevenson (2005). “The Economy: Do Voters get it Right?”. *Mimeo*.
- Fehr, Ernst & Jean-Robert Tyran (2005). “Individual Irrationality and Aggregate Outcomes”. *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 19, No. 4, pp. 43-66.
- Ferraz, Claudio & Frederico Finan (2008). “Exposing Corrupt Politicians: The Effects of Brazil’s Publicly-Released Audits on Electoral Outcomes”. *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 123, No. 2, pp. 703-745.
- Gilens, Martin (2001). “Political Ignorance and Collective Policy Preferences”. *American Political Science Review*, Vol. 95, No. 2, pp. 379-396.
- Kramer, Gerald H. (1983). “The ecological fallacy revisited: Aggregate- versus individual-level findings on economics and elections and sociotropic voting.” *American Political Science Review* Vol. 77, No 1, pp. 92-111.
- Lohmann, Susanne (2008). “Rational Choice and Political Science”. In: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, orgs. Steven N. Durlauf & Lawrence E. Blume, 2º Edição, Palgrave Macmillan.
- Lora, Eduardo & Maurício Oliveira (2004). “The Electoral Consequences of the Washington Consensus”. Inter-American Development Bank, *mimeo*.
- Peltzman, Sam (1990). “How Efficient is the Voting Market?”. *Journal of Law and Economics*, Vol. 33, No. 1, pp. 27-63.

- Persson, Torsten & Guido Tabellini (2000). *Political Economics: Explaining Economic Policy*, Cambridge: MIT Press.
- Rennó, Lucio (2007). “Desigualdade e Informação Política: As Eleições Brasileiras de 2002”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 50, No. 4, pp. 721-755.
- Rennó, Lucio & Anthony P. Spanakos (2006). “Fundamentos da Economia, Mercado Financeiro e Intenção de Voto: As Eleições Presidenciais Brasileiras de 1994, 1998 e 2002”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 49, No. 1, pp. 11-40.
- Sakurai, Sergio Naruhiko & Naercio Aquino Menezes-Filho (2008). “Fiscal Policy and Reelection in Brazilian Municipalities”. *Public Choice*, Vol. 137, pp. 301-314.
- Schuessler, Alexander A. (2000). “Expressive Voting”. *Rationality and Society*, Vol. 12, No. 1, pp. 87-119.
- Silva, Ester & José Silva Costa (2006). “Are Voters Rationally Ignorant? An Empirical Study for Portuguese Local Elections”. *Portuguese Economic Journal*, Vol. 5, No. 1, pp. 31-44.
- Wittman, Donald (1989). “Why democracies produce efficient results”. *Journal of Political Economy*, Vol. 97, No. 6, pp. 1395-1424.
- Wittman, Donald (1995). *The Myth of Democratic Failure: Why Political Institutions Are Efficient*, Chicago: The University of Chicago Press. [Wittman, Donald (1999). *O Mito do Fracasso da Democracia: Por que as instituições Políticas São Eficientes*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tradução de Alvaro de Sá e Renata Eugênia de Lima]
- Wittman, Donald (2005a). “Reply to Caplan: On the Methodology of Testing for Voter Irrationality”. *Economic Journal Watch*, Vol. 2, No. 1, pp. 22-31.
- Wittman, Donald (2005b). “Second Reply to Caplan: The Power and the Glory of the Median Voter”. *Economic Journal Watch*, Vol. 2, No. 2, pp. 186-195.
- Wolfers, Justin (2002). “Are Voters Rational? Evidence from Gubernatorial Elections”. *Stanford University Graduate School of Business Working Paper*, No. 1730.